UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

THIAGO AVEIRO TORIELLO

O estudo crítico no Carandiru: urbanização e cárcere na divisão internacional do trabalho

São Paulo
2025

THIAGO AVEIRO TORIELLO

O estudo crítico no Carandiru: urbanização e cárcere na divisão internacional do trabalho

Trabalho de Graduação Individual apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade e São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

São Paulo
2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que passaram na minha jornada acadêmica, seja para só cumprimentar, dividir uma conversa, uma risada, uma angústia, o que seja. São momentos assim, pequenos, que preenchem nossa rotina durante a formação e são por elas que temos como experienciar tudo o que a universidade tem a oferecer.

Ao meu orientador Prof. Dr. Anselmo Alfredo, que me mostrou um norte em meio aos conteúdos fragmentados, dúvidas e anseios, me direcionando a leituras maravilhosas que me fizeram ampliar meu campo de visão a questões que até então pouco tinha tido contato dentro da Geografia. Foi um desafio e tanto, mas que valeu toda a insistência.

Aos meus pais Adriana e Roberto, que me dão suporte de todas as formas possíveis a fim de verem seu filho seguir seu sonho. E ao meu irmão Daniel, que é meu parceiro dentro e fora da faculdade.

À minha companheira Maria Eduarda e a todos os meus amigos da vida que conheci dentro (Marina, Mari, Guilherme, Hugo, Antônia, Rafinha, Andressa, Bia, Rodrigo etc) e fora (Vinícius, Samira, Pires, Maria, Gustavo, Renan, André etc) da faculdade, que muito me apoiam e que também entendem minha ausência quando preciso de tempo, sempre me oferecendo o prazer de ter essa amizade no reencontro. Sou grato também pelos momentos maravilhosos de festas, risadas, almoços e campos. Moram todos no coração!

E a todos os professores que compõem esse maravilhoso caleidoscópio que é o curso de Geografia, que desdobraram as paisagens em conteúdos maravilhosos, dando cor e vida ao que parecia frio ou orgânico. A geografia é linda, cheia de vida, e vocês são parte disso!

Os sentimentos mais genuinamente humanos logo se desumanizam na cidade.

(Eça de Queirós)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar e interpretar, por meio da geografia crítica, os movimentos e eventos históricos do bairro Carandiru, localizado entre os distritos de Santana e Vila Guilherme, na cidade de São Paulo. A análise abrange desde a formação do bairro até os dias atuais, adotando a urbanização como elemento central, diretamente relacionado ao papel do Brasil, do estado de São Paulo e da capital paulista na divisão internacional do trabalho. A urbanização é compreendida como resultado dos excedentes gerados por essa economia, dentro dos limites da reprodução do capital. À população excluída desse processo, que não é absorvida pelo mercado de trabalho e tampouco beneficiada pelos excedentes produzidos, é reservado o título de “vadio”; com o abandono de um lado, e a prisão e o extermínio do outro. Como referência desses processos, destacam-se o empreendimento “Cidade Center Norte” e o Complexo Penitenciário do Carandiru, símbolos emblemáticos da Zona Norte de São Paulo.

Palavras-chave: Geografia crítica; Carandiru; Prisão; Capital Excedente; Urbanização; Divisão Internacional do Trabalho.

ABSTRACT

This study aims to identify and interpret, through critical geography, the historical movements and events of the Carandiru neighborhood, located between the districts of Santana and Vila Guilherme in the city of São Paulo. The analysis spans from the neighborhood’s formation to the present day, adopting urbanization as a central element, directly related to the role of Brazil, the state of São Paulo, and the city of São Paulo in the International Division of Labor. Urbanization is understood as a result of the surpluses generated by this economy, within the limits of capital reproduction. The population excluded from this process, which is neither absorbed by the labor market nor benefits from the produced surpluses, is labeled as “vagabonds”; on one side, they face abandonment, and on the other, imprisonment and extermination. As references for these processes, the “Cidade Center Norte” development and the Carandiru Penitentiary Complex stand out as emblematic symbols of the North Zone of São Paulo.

Keywords: Critical geography; Carandiru; Prision; Surplus Capital; Urbanization; International Division of Labor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....6

IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA CRÍTICA E DOS DEBATES SOBRE O URBANO. .8

O BAIRRO COMO UNIDADE DE ANÁLISE PARA A TOTALIZAÇÃO.....12

SANTANA: BREVE PASSAGEM DA FAZENDA AO FRAGMENTO URBANO.....16

FRAGMENTO CARANDIRU.....23

Do presídio ao parque.....23

Da coroa à “Cidade Center Norte”.....39

DA PONTE PARA CÁ: O ELEMENTO NACIONAL E O VADIO.....50

DA PONTE PRA LÁ: A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E OS SEUS EXCEDENTES NO MERCADO DE TERRAS.....61

A GRANDE PONTE: INTERPRETAÇÃO DOS PROCESSOS QUE UNEM OS MOMENTOS DA HISTÓRIA DO BAIRRO CARANDIRU.....69

CONCLUSÃO.....75

BIBLIOGRAFIA.....78

INTRODUÇÃO

A história do bairro Carandiru muito se confunde com a história da Fazenda de Sant'anna, atual distrito de Santana. Ambos, por estarem além Tietê e dependerem da vitalidade das suas pontes, foram uns dos últimos a eliminar suas chácaras e se integrarem devidamente nas dinâmicas urbanas que aconteciam na cidade. O campo como lócus principal da paisagem na Zona Norte de São Paulo, a partir da industrialização, passa a ser alvo de consolidação de estruturas que o levarão a tomar uma nova forma de reprodução socioespacial coerente com o processo de urbanização; terrenos serão aterrados e repartidos, linhas de trem serão construídas e o presídio será instalado. Muitas das relações sociais e das formas até então consolidadas no espaço – como os campos e as planícies inundáveis subaproveitadas pela fluidez urbana – passam a sofrer um processo de metamorfose a fim de superar seus "obstáculos" produtivos e reprodutivos, a fim de terem atendidas as novas demandas políticas e produtivas da sociedade moderna que surgia.

A partir da leitura crítica feita na geografia, a industrialização, entendida como frente de expansão capitalista como forma generalizada de se produzir, vê na produção do espaço a possibilidade de se expandir e de se generalizar através da forma mercadoria que agora assume. A propriedade da terra e a expansão de formas espaciais específicas na paisagem estão intrinsecamente relacionadas com o potencial do espaço urbano em absorver dinheiro, mas também como meio de acumular mais dinheiro através da renda da terra. Tais características colocam o espaço numa posição além do que aqueles teóricos da geografia tradicional e teorética poderiam supor e problematizar; passa a ser lugar da generalização da troca e do mundo da mercadoria, onde revelam os conteúdos de reprodução das relações sociais de produção, criando novas práticas sociais. O bairro surge assim como fragmento de suma importância na análise da totalização por onde caminha a modernidade.

Com o advento do capitalismo é criado o trabalhador como mercadoria, mas também, como par negativo, aquele que não é empregado, o vadio, como produto do mesmo. Nessa perspectiva, junto à reprodução da cidade como mercadoria, estruturas de

coerção dessa massa não assimilada ao trabalho são criadas a fim de controlar essa massa que deixou de ser atrativa para a competitividade do próprio capitalismo, que passa a desenvolver a sua composição orgânica. Nesse momento, não só excedentes imigrantes modernos, mas também o elemento nacional que nem mesmo chegou a ser, num primeiro momento, cooptado para o trabalho.

Para que possamos compreender esses movimentos de expansão do capitalismo na especificidade do bairro, é apresentado, antes de tudo, os momentos por qual passou o bairro e os distritos que o englobam até a sua formação, passando pelas chácaras até o advento do café, da linha Tramway Cantareira, a construção do presídio e da retificação do rio Tietê, quando se pressionará toda a Zona Norte para que componha de forma moderna em conjunto com o resto da cidade.

Apresentada a história de formação do bairro, são levantadas leituras que possibilitam a interpretação do bairro para além da sua autorreferência, como lugar que possibilitou a expansão do capital através da propriedade da terra e da construção do próprio presídio Carandiru; mas que também passa a reproduzi-lo através do novo empreendimento privado “Cidade Center Norte”, assumindo, através da injeção dos excedentes produzidos no segundo setor, a sua participação e dependência na divisão internacional do trabalho, agravando elementos que produzem o excedente de trabalho relativo que compõem os presídios.

O objetivo do trabalho aqui feito se justifica justamente na necessidade de se compreender e relacionar a existência da realidade particular com o movimento de expansão e totalização do capital, dando resposta à questão de onde se encontra o Carandiru e sua história na divisão do trabalho. E para isso, é dado o esforço de se colocar em sincronia os elementos distintos da paisagem a fim de os entender como partes essenciais na crise do capital, ou seja, do trabalho e da produção de valor, seja através do presídio, seja na incorporação imobiliária de montantes excedentes de dinheiro.

IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA CRÍTICA E DOS DEBATES SOBRE O URBANO

No desenvolvimento da geografia como área de conhecimentos específicos, como ciência cujo objeto de análise se tem o espaço, muito se foi discutida a relação entre homem e meio a fim de se chegar a um conhecimento sistematizado sobre o que tal ciência deveria analisar.

Para isso, diversas correntes teóricas guiaram o pensamento acerca dessa ciência em seus respectivos momentos. Como é contada por Roberto Lobato Correa (2000), a geografia tradicional desde a sua institucionalização nas universidades europeias em 1870, nutrida pelo contexto positivista de se fazer ciência, se ateve aos conceitos de paisagem e região natural na tentativa de delimitar as características pontuais, fragmentárias, da realidade e às alinhar à ecologia, vide Ratzel com o conceito de “espaço vital” e La Blache com o “gênero de vida”. O período da geografia teorética -- consolidada na academia entre as décadas 50 e 70 – reformula conceitos como o de região, por exemplo, o reduzindo ao resultado de um “processo de classificação de unidades espaciais segundo procedimentos de agrupamento e divisão lógica com base em técnicas estatísticas” (Correa, 2000, p. 20). Neopositivista, esta tradição deixou de lado as contradições inerentes à produção do espaço, resultado de um processo socialmente estabelecido na reprodução material, para trazer nos seus modelos matemáticos o espaço como mera planície isotrópica matricial, ou seja, um espaço uniforme, onde as dinâmicas econômicas se guiam livremente através das distâncias entre os pontos na busca por um equilíbrio de energias quase que ecológico. Christaller, von Thunen e Weber são alguns nomes dos quais formaram as bases dessa corrente.

De lá para cá foram muitos os movimentos dentro da própria academia para superar essas perspectivas naturalistas e fragmentárias que pouco problematizavam o debate acerca da realidade urbana e da produção do espaço, se expandindo durante a segunda metade do século XX em contexto brasileiro.

Para a geografia como campo das ciências humanas, avançar na sua perspectiva crítica significava compreender criticamente os processos que constituem e reproduzem a realidade e ir além de um conhecimento próprio para o planejamento. Poder entender

sobre quais bases lógicas o espaço se reproduz, ou seja, ver a geografia como capaz de analisar o espaço como produto de relações sociais de produção historicamente e materialmente constituídas, como parte de um processo de reprodução da sociedade, não mais como natureza cristalizada resultado das relações ecológicas ou mero espaço euclidiano se torna de suma importância para se avançar no debate das ciências humanas.

Durante o século XX, com o advento das teorias marxistas na academia, Henri Lefebvre, filósofo francês, surge como um dos principais expoentes na discussão do espaço dentro de uma perspectiva teórico-crítica. O autor traz à luz a noção de produção do espaço, em que este é tido como resultado da reprodução das relações de produção que se dão nos mais diferentes níveis da atividade social, seja nas relações de trabalho ou nas minúcias da vida cotidiana. Nessa perspectiva o espaço passa a ser lido como um "texto social" (Lefebvre, 2008, p. 37), no sentido de que o espaço é ele mesmo fator de reprodução da sociedade, ou seja, nunca mero palco do homem, pois é ele, assim como os textos, produto de outros processos e de outros contextos sociais, e que é preciso decifrá-lo e lê-lo na sua complexidade teórico e prática a fim de entendê-lo. Tal proposta implica em desnaturalizar a realidade em que estamos inseridos a fim de desengessá-la e dar o primeiro passo para entendê-la. Como o próprio autor aponta em seu livro Espaço e Política:

> Ora, não se tem o direito de postular um sistema já existente um sistema social, ou um sistema espacial, ou um sistema urbano, por exemplo - para nele inserir elementos parciais cuja racionalidade (ou irracionalidade) derivaria dessa suposição, seria deduzida do conjunto. Não se tem mais o direito de pressupor um sistema social ou político, teórico ou ideológico, assim como não se pode pressupor uma lógica preexistente. Com efeito, isso significaria atribuir a esta sociedade, a sociedade neocapitalista, uma coerência já alcançada, uma coesão já efetuada. Se há sistema, é preciso descobri-lo e mostrá-lo, ao invés de partir dele. (Lefebvre, 2008, p. 38)

Já a expressão "produção do espaço" é explicada pelo autor:

> Ela quer dizer que não consideramos o espaço como um dado a priori, seja do pensamento (Kant), seja do mundo (positivismo). Vemos no espaço o desenvolvimento de uma atividade social. Distinguimos, portanto, o espaço social do espaço geométrico, isto é, mental. (Lefebvre, 2008, p. 55)

O espaço analisado por Lefebvre (2008, p. 40) não é o espaço dos “matemáticos ou dos metafísicos”, geométrico, mas sim conteúdo, como espaço “vivido, vinculado à prática social”, como também da prática econômica e política, portanto, capitalista e de problemática pertencente à “teoria do urbano e à sua ciência e, a uma problemática ainda mais vasta, a da sociedade global” (Lefebvre, 2008, p. 40).

É necessário frisar que o urbano aqui tratado por Lefebvre não pode ser confundido com a cidade. Enquanto a cidade é tida como objeto espacial que ocupa um sítio e uma situação localizada, apreendendo/concentrando nos seus limites diferentes técnicas e métodos, o urbano é uma forma liberada por um processo que reúne todos os elementos da vida social, sejam eles culturais ou produtivos, os colocando em simultaneidade (Lefebvre, 2008, p. 85).

Dessa forma, de acordo com Henri Lefebvre (2002), trazendo para os limites da cidade a perspectiva do espaço como resultado da reprodução das relações sociais de produção, encontramos o urbano e a sociedade urbana em níveis globais. Isso só é possível pois o urbano, além de simultâneo, é também racionalidade que mobiliza o espaço resultante do crescimento quantitativo da sua capacidade produtiva (*implosão*) e transformação qualitativa em relação às suas características anteriores (*explosão*) típicas da sociedade industrial; ou seja, quantitativamente e qualitativamente simultâneo e expandido. É com o advento da industrialização que a cidade traz consigo a generalização do valor de troca e da mercadoria para o próprio espaço, que agora se vende e se compra, em que o seu valor de uso se limita apenas à esfera do consumo de mercadorias, fazendo se confundir a generalização da urbanização com a da mercadoria, indicando o processo de reprodução do espaço através de uma urbanização crítica (Lefebvre, 2008).

No âmbito da reprodução do espaço urbano, a geógrafa Amélia Damiani (2004), ao nos alertar a respeito da metamorfose que o espaço tem sofrido com o advento da industrialização, que nega a “historicidade viva” (Damiani, 2004, p. 80) como conteúdo do espaço, o esvaziando, traz a luz a necessidade de se pensar o espaço através da lógica dialética a fim de revelar as suas contradições inerentes ao processo de urbanização crítica. Tem-se então que com o desenvolvimento do capitalismo e a sua expansão pela forma urbana, desenvolve-se também, dialeticamente, a sua crise, já que “a metamorfose

dos modos de produzir, reproduzir e gerir, no capitalismo, expõe a intensidade do processo de alienação, estranhamento e fetichização" (Damiani, 2009, p.332) que, através da generalização e da automatização do capital, movimentam processos como a redução dos salários, a espoliação urbana e sua consequente segregação socioespacial (Damiani, 2009).

Ao expor estas contradições das próprias modificações que ocorrem no ambiente produzido, abre-se a possibilidade de se pensar esses processos como parte da "grande maquinaria" (Damiani, 2009) do século XX e XXI. Formas produzidas no espaço, como pontes, avenidas e edifícios, por exemplo, enquanto formas de determinação formal do capital, quando não possibilitam como condição tecnológica para produção, assumem elas mesmas uma forma financeira a fim de se tornar circulante e expansivo um capital antes fixo e excedente.

Assim, as renovações urbanas, frentes próprias da expansão e atualização das relações sociais de produção, de acordo com Damiani (2009, p. 328), "atualizam as rendas possíveis de açambarcamento (de tomar tudo para si) dos valores produzidos socialmente com a urbanização", tendo o capital fictício excedente como principal vetor, fazendo transformar os horizontes da cidade em frentes de valorização e capitalização da terra, já que "elas ativam formas novas de realização da moderna propriedade da terra urbana" (Damiani, 2009, p. 329). Vemos o espaço urbano expandir e economizar-se, enquanto o bairro surge como produto desse movimento.

O BAIRRO COMO UNIDADE DE ANÁLISE PARA A TOTALIZAÇÃO

O bairro, dentre todas as divisões administrativas do Brasil, talvez seja o fragmento da realidade urbana mais interessante a ser analisado e discutido. Nele, para além das nossas memórias, é projetado sentidos diversos e maiores do que o seu próprio limite ousaria delimitar, ao mesmo tempo que reflete no cotidiano da reprodução da vida particular as mais diversas e imbricadas relações que se dão na totalidade da vida em sociedade.

Desta forma, o bairro, como parte da metrópole, se mostra parte do complexo histórico do todo que é a cidade, consolidado dentro de um determinado contexto geral mas que também exprime suas especificidades históricas, políticas e administrativas como parte do processo, o que enriquece ainda mais a sua totalização. Fenômenos e processos que se vêem desdobrar no dia a dia da vida vão de encontro com atores e interesses múltiplos, representativos das várias demandas que a vida urbana pode engendrar, e que sem a devida atenção passaria despercebida tais imbricações. O espaço poderia parecer como um resultado natural, consequência lógica de relações humanas também naturais, ecológicas.

Para começarmos a desdobrar essa superfície contextual do bairro, Milton Santos (2020), no seu livro *A Natureza do Espaço*, nos alerta que, para se ter um entendimento concreto da realidade, é imprescindível termos a noção de que a totalidade não pode ser lida desvinculada das suas partes, já que funcionam como um par dialético, ou seja, complementares entre si para o entendimento real. Dessa forma, a totalidade não deve ser explicada a partir dela mesma, pois correria o perigo de se tornar vazia, tautológica; se faz necessária a divisão das partes para o entendimento do todo. Assim:

> O conhecimento da totalidade pressupõe, assim, sua divisão. O real é o processo de cissiparidade, subdivisão, esfacelamento. Essa é a história do mundo, do país, de uma cidade… Pensar a totalidade, sem pensar sua cisão é como se esvaziássemos de movimento. (Santos, 2020, p. 118)

Nesse sentido, Milton Santos (2020) diz que a totalidade não é estática, ela se faz a partir de um processo “de desmanche, de fragmentação e de recomposição” (p. 120) próprio do processo de totalização da realidade. Insuperável é, então, a necessidade de

se estudar os fragmentos, o particular, a fim de darmos o passo em direção ao entendimento dos processos que se constituem em movimento contínuo e que interagem na atualidade do bairro para além e nos recortes do próprio contexto da cidade de São Paulo, nos possibilitando enxergar este “caleidoscópio” (p. 163) que complexifica o olhar ao que antes parecia ser banal:

> A atualidade é unidade do universal e do particular: este aparece como se fosse separado, existindo por si, mas é sustentado e contido no todo. O particular se origina no universal e dele depende (Santos, 2020, p.121)

Esses movimentos contínuos que se dão no bairro, inseridos num contexto metropolitano, são formados e reformulados respondendo a movimentos que tem seu sentido direcionado à consolidação da reprodução de uma lógica moderna de produção na paisagem urbana, formas específicas de uso no todo, que conduzem as formações e as alterações percebidas no progredir da história desses fragmentos, já que muitas vezes envolvem o total desmanche destes em prol da consolidação dessas novas formas de uso.

O bairro como unidade de análise, desdobrado por Odette Seabra (2000a) como lugar “cujos nexos são a vizinhança, o parentesco e o compadrio” (p. 12), ganha qualidade e realidade ao se traduzir como *vida de bairro*, uma vida coesa – apesar de não homogênea por ser mediada por diferentes atores locais – de práticas localizadas e de coexistência dependente entre os seus. A partir da sua captura pela expansão metropolitana, muitas dessas relações vão sendo pressionadas e remodeladas para atender às novas formas e velocidades de se reproduzir a urbanização moderna. Como é dado exemplo, a paróquia – que tinha como função a organização social e das terras no bairro, com o advento da indústria e da regulação do Estado moderno, com pontes, vias, energia e abastecimento – vai perdendo cada vez mais a sua força organizadora, enquanto em paralelo a expansão do loteamento de áreas rurais vai se tornando crescente. Os usos do tempo se diversificam e se aceleram, impulsionando o processo de totalização, guiados pela indústria e pelo Estado, ou seja, pela modernização, que passa remodelando e homogeneizando as distintas formas de ser, fazendo imperar a lógica do capital urbano industrial.

Fragmento onde se dão as relações do cotidiano, o bairro passa a configurar novas formas de reproduzir suas relações socioespaciais próprias de um ambiente já mergulhado nas relações de produção do capital global – elementos próprios do urbano – como formas oficiais. A fazenda, os caipiras, os fazendeiros, a colheita, o extrativismo das margens do Tietê, como formas históricas e práticas socioespaciais específicas, vão se apagando para atender novas demandas da realidade paulistana, implicando numa forma mais intensiva de se produzir no/o espaço, mais de acordo com as exigências modernas por produtividade.

Por isso, quando Ana Fani Carlos (2017) também fala do bairro – ainda que no contexto mais especificamente da Faria Lima, mas que faz valer para todos em nível de análise – como nível da prática socioespacial, o faz colocando em conflito com as novas formas de vida urbana na metrópole, já que ela entende o bairro como condição da própria vida metropolitana, de produção e reprodução da vida cotidiana, que é apropriada, determinada e orientada para atender a uma reprodução social específica, no caso capitalista.

De acordo com a autora, os bairros passam a ganhar “uma nova funcionalidade dentro do espaço metropolitano e é o processo de funcionalização dos espaços que produz a degradação da vida cotidiana, resumindo-a, cada vez mais, à esfera da vida privada” (Carlos, 2017, p. 210). Funcionalidade própria dentro de um modo de produção que não pode ser vista à parte do debate na arena política em que setores privados, sociais e o Estado lutam pelo poder de se poder redefinir os usos desses espaços até então realizados.

Ainda nesse sentido, vemos que o bairro em si, apesar de ser espaço onde as relações cotidianas e próprias do habitar sofrem contínuas oscilações em resposta à sua entrelaçada relação de redes de caráter metropolitano, vê-se resistir formas próprias que fazem parte do se fazer existir espacialmente. A vida, na sua realização, não se faz fora da prática socioespacial. Os usos do espaço são múltiplos e os atores que as praticam também; o bairro os capturam todos para além do que é hegemônico. Fani Carlos (2017) é que nos lembra:

> O uso deixa marcas profundas no espaço, deixa traços que organizam comportamentos, determinam gestos, pois estes também são inerentes às formas,

> revelando-se através dos modos de apropriação dos lugares da metrópole. Nesse sentido, o uso tem um caráter local, trajetos e percursos que dizem respeito à vida o que abre a perspectiva de se pensar as diferenças que emergem para além da racionalidade imposta pela troca de mercadorias que acentua a racionalidade do espaço urbano. [...] A prática espacial se constata em vários níveis; que esclarecem as práticas do habitante e do "usador" no plano do imediato. [...] São lugares de orientação na metrópole, referência significativa da vida que tem uma dimensão objetiva (da relação prática com o outro e com o espaço) e subjetiva (identidade, memória). Assim, os espaços se ampliam, a casa e a rua ganham a dimensão do bairro. E aqui é o lugar onde se lê os reconhecimentos (através do espaço e pelo outro). (Carlos, 2017, p. 212)

Sendo assim, o bairro como unidade de análise compreende todos os usos hegemônicos que se dão e que se deram no lugar, e que, ao ser parte fundamental do todo, exprime também uma lógica que o organiza numa estrutura maior, o delimitando funções e vigências que imperam sobre os demais usos anteriores, num processo de totalização que constitui a vida metropolitana na cidade de São Paulo. Porém não o faz sem atrito, pois é também lugar do habitar. Envolve nele memória de passado e projeção de futuro, onde envolve dimensões objetivas, próprias da sua espacialidade como condição de existência material, como subjetiva, da memória, que entram em conflito com as novas lógicas de generalização da mercadoria. É o espaço se organizando contraditoriamente em volta da acumulação e valorização privada do capital enquanto passa por cima das necessidades e dos interesses sociais (Carlos, 2017, p. 14).

Mas também, como dá a entender Odette Seabra (2000a, 2000b), são justamente esses processos que, com o advento da indústria e da metropolização – que garantiram ao espaço comunicação e fluidez nas suas interdependências, tais elementos que constituem a vida de bairro e sua coesão, como o sentimento e a identidade – são fragmentados por esses processos, fazendo dissolver os conteúdos dessa categoria em prol de um modo de vida urbano. A vida de bairro já não poderia mais fazer sentido num espaço complexo e homogêneo, já que a negação de um modo de vida particular, das relações pessoais e de afeto, é a base para a expansão da produção capitalista na consolidação desse novo modo de vida moderno, que exige a maior permeabilidade possível dos seus elementos próprios da sociedade de mercado, como capitais e mercadorias:

> Assim, a urbanização contemporânea apresenta um quadro de irreversibilidades. A clássica oposição campo cidade vai sendo desfeita, não porque o campo é invadido por casario contínuo como em geral se representam as cidades, mas porque a sociedade de mercado generaliza um modo de vida: “o urbano como modo de vida”. (Seabra, 2000b, p. 77)

Hoje, o bairro do Carandiru, se ainda existe, reflete processos gerais e específicos do capitalismo, materializados ao longo de sua história na retificação do rio Tietê, na construção da Penitenciária do Carandiru e em empreendimentos como o "Cidade Center Norte", intervenções que evidenciam a expansão das contradições sociais urbanas no espaço. Desta forma, sem uma análise histórica crítica desses movimentos, é impossível interpretar a realidade além de sua própria existência imediata. São as relações sociais de produção e de reprodução do espaço, pertencentes a um nível mais geral, que conectam a história do bairro a contextos mais amplos, permitindo que seus fatos sejam compreendidos como pertencentes a uma escala complexa e global de eventos e processos.

SANTANA: BREVE PASSAGEM DA FAZENDA AO FRAGMENTO URBANO

A história de formação da maioria dos bairros e distritos da Zona Norte de São Paulo estão intimamente ligadas às terras da antiga fazenda de Sant'Anna, que foi fundada em torno da Capela de Santa Cruz e do Colégio Santana de catequização, em terras que foram doadas aos jesuítas em 1673 e desapropriadas do colégio da Companhia de Jesus pela Coroa durante o período pombalino, entre 1750 e 1777. Tal fazenda detinha limites que iriam desde a estrada de Jundiaí até a várzea do rio Tietê, possuindo terras também na Serra da Cantareira, Mandaqui, Tremembé e Aguaraí.

De acordo com a historiadora Maria Celestina Torres (1970), até 1795, o bairro de Santana, inserido numa vida tipicamente rural, possuía um pouco mais de 1.000 pessoas e 136 "fogos" (domicílios) instalados (p. 23). Produzia em seus limites mandioca, legumes, frutas, açúcar e cachaça e, até meados do XVIII, possuía nos limites da fazenda 300 cabeças de gado, abastecendo o centro da cidade com carne, leite e seus derivados.

A região varzeante do Carandiru, referida por estar próxima aos córrego e estrada homônimos, mais especificamente onde se encontra hoje a rua Voluntários da Pátria, surge como região fundamental para a construção da cidade: edifícios, pontes e estradas pavimentadas, todas essas formas dependiam de uma grande disposição de areia e pedregulhos, e, como essa região se encontra nos limites da planície de inundação do rio Tietê, ou seja, constituída principalmente por solos aluviais sedimentar, possuía um grande potencial de exploração, sendo explorada durante a história até a retificação do rio.

A organização do trabalho no bairro era dada principalmente por uma pequena elite militar proprietária, constituída por militares da segunda linha (milicianos) como Antônio Baruel, e oficiais das Companhias de Ordenança, grandes proprietários de terras e senhores de escravos que cujo prestígio advinha de seus postos como fiscais e agentes administrativos.

O manejo da terra para a produção agrícola não se fazia sem a principal força de trabalho para a época: a mão de obra escrava. Ainda em 1825, de acordo com os dados do Mapa Geral dos Habitantes do Bairro de Santana (Torres, 1970, p. 33), do total da

população que habitava o bairro, o que é representado por quase 1.000 pessoas, 250 eram o número de escravizados que trabalhavam nas lavouras e nas atividades domésticas. Mesmo a população livre do bairro, constituída por agricultores, lavradores e carroceiros, não viviam só do trabalho na roça, nem mesmo moravam todos ali, já que grande parte dos moradores tinham também suas casas na cidade, "dividindo seu tempo entre suas ocupações rurais e certas atividades urbanas, exercendo cargos públicos, e assistindo a festas religiosas e cívicas" (Torres, 1970, p. 34).

Porém, o ponto chave que possibilitou com que Santana tivesse contato com a cidade e com os padrões modernos de urbanização que se davam no centro histórico, o que garantia a mobilidade do trabalho e de mercadorias, está na construção e manutenção da Ponte Grande do rio Guaré (Tietê).

Construída por volta do séc. XVI para escoar os produtos advindos do interior (como Jundiaí, Campinas, Bragança, Atibaia e Sul de Minas Gerais) para a os portos além Serra do Mar, a Ponte Grande sempre se apresentou em estado deplorável devido à intensa circulação de boiadas, chegando a ser proibida em 15 de janeiro de 1611 pela Câmara a passagem desses animais. Até meados do séc. XVII esforços foram feitos a fim de preservar a ponte, como a convocação de moradores da região, multas para atravessadores de gado e afixações de quartéis nas suas margens (Torres, 1970). A pedido do padre e reitor do colégio Companhia de Jesus, é construída entre 1734 e 1740 a ponte de Nossa Senhora no rio Tietê, se utilizando de uma madeira super resistente e de mão de obra indígena não remunerada sob a coordenação da Companhia (Torres, 1970, p. 37). Logo a ponte passa por problemas novamente devido às cheias do rio e os destroços trazidos pelas correntezas, mantendo o bairro, assim como a Zona Norte, ainda relativamente distante dos processos e modernizações que aconteciam no centro da cidade.

Com o passar dos anos, extinto o regime de sesmarias em 1822 e com a promulgação da Constituição Republicana em 1891, passam os municípios à condição de autônomos quanto a sua situação econômica e administrativa, e, em 1889, Santana passa à condição de distrito de paz e seus limites redefinidos:

> Principiam na Ponte Grande, acompanham o Tietê até a divisa de Conceição de Guarulhos, no rio Cabuçu do Guapira. seguem o Cabuçu acima até o bairro de

> Cachoeira, dar seguem pelo Juqueri-Mirim abaixo até antiga estrada de rodagem, atravessando esta, procurando a cabeceira do Cabuçu de baixo, por este até a ponte da Barra Funda, e daí, Tiete acima, até a Ponte Grande, ficando comprometida nestas divisas as fazendas do Bispo e a de Pedro Doler. (Torres, 1970, p. 95-96 apud IBGE, 1950)

A partir deste momento o desmembramento das grandes propriedades da fazenda de Sant'Anna além de serem impulsionados por divisões de posse pelos herdeiros das terras, como já vinha sendo, ganha impulso pelo próprio Estado na aplicação de leis e decretos pela Câmara de fragmentação dessas grandes propriedades em subdistritos e distritos. Tais ações tiveram como resultado o fomento da diferenciação produtiva na região e, consequentemente, a consolidação de uma divisão territorial do trabalho, acelerando o galopante metropolização e intensificando os investimentos públicos e privados. Prova disso é o incremento dos setores industriais e de serviço conjuntamente com a diminuição da participação agrícola na produção do município no início do século XX, tendência que irá se perpetuar até sumir de vista os campos e sítios nos dias de hoje.

Ainda sobre a formação da realidade urbana, para que houvesse a formação dos trabalhos e dos trabalhadores modernos, foi incentivado pelos proprietários cafeeiros e pelo próprio Estado a vinda de imigrantes, de maioria italiana e portuguesa, para compor a lavoura de café no sertão e os serviços na cidade. Com a formação da Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração e a construção da Hospedaria dos Imigrantes no centro da cidade, entre 1874 e 1900, fez-se aumentar o número da massa populacional paulistana em dez vezes. Era o trabalho, tão necessário para a indústria, desenvolvendo o urbano. A esse respeito, Caio Prado Jr. (1998):

> Se a indústria foi a mola-mestra do desenvolvimento urbano de São Paulo neste último meio século em que a cidade passou para o rol dos grandes centros urbanos contemporâneos, é a imigração estrangeira que, fornecendo-lhe a maior parte do elemento humano, contribui sobretudo para aquele notável crescimento demográfico. (Prado Jr., 1998, p. 59-60)

Tal realidade, somada à promulgada Lei de Terras de 1853, que restringia a aquisição de terras devolutas e fazia a titularidade da terra estar disponível apenas mediante a compra, fez com que pressionasse ainda mais a expansão urbana e imobiliária na região, já que quem detinha a terra passaria a deter também o capital,

fazendo da renda da terra sobre a exploração do trabalho um potente motor na constituição dessa nova realidade de mobilidade do trabalho.

Dois exemplos práticos que foram convenientes à expansão urbana no Carandiru se dão na abertura de linhas férreas da Tramway Cantareira em 1893, que, de acordo com o historiador Stanley Silva (2018), para além da construção do reservatório Cantareira, que viria suprir as crises de abastecimento da cidade, foi também muito utilizada para transportar materiais de construção e produtos agrícolas, assim como transporte de passageiros, chegando em 1902 a bater a marca de 218.879 pessoas, atravessando o rio Tietê até o centro; e, seguindo o sentido de expansão urbana, a compra de “115 alqueires por 80 contos de réis” (Silva e Amaral Jr., 2002, p. 32) por Guilherme Praun, industrial do café que fez crescer seus investimentos com a venda de lotes de terra aos imigrantes e que virá a dar nome ao distrito da Vila Guilherme. Prova dessa expansão é relatada por Caio Prado Jr. (1998) quando fala da população que começava a se fixar nos bairros e nas várzeas[1] do rio Tietê, do contraste entre os “bairros operários, que se estabelecem nos terrenos mais ingratos das baixadas do Tietê e do Tamanduateí” e “as residências burguesas se fixam nas alturas do maciço” (Prado Jr., 1998, p. 69).

Um outro fato que caracterizou a expansão urbana na região é trazido pela geógrafa Odette Seabra (1987) ao falar a respeito da expansão da cidade paralelamente à expansão do mercado de terras nas áreas alagadiças dos antigos meandros do rio Tietê. O Tietê, com suas cheias regulares, era visto como um problema de saúde pública, já que, além do mal cheiro, ao inundar a cidade, aumentava-se os relatos de doenças; mas também um obstáculo aos empreendimentos urbanos naquelas terras, exigindo um plano de contenção, que viria com a Comissão de Melhoramento do Rio Tietê, criado em 1927.

Até então as várzeas ocuparam um papel importante na divisão do trabalho na cidade, já que elas mesmas, além de serem local de morada da população pobre

1 De acordo com a própria professora Odette Seabra, a várzea é uma particularidade dos rios de planície, com escoamento lento e sujeita a inundações periódicas. É uma planície aluvial, formada por deposição de matéria sólida (as partículas de aluvião) que ocorre quando o volume e a velocidade do escoamento diminui. Em São Paulo a noção de várzea foi popularizada porque nas margens do Rio Tietê houve uma apropriação de espaço, sobretudo de caráter lúdico; primeiro os esportes náuticos e, à medida que população em São Paulo aumentava, os terrenos ribeirinhos transformados pelo uso comum, serviram também ao que se denominou futebol de várzea.

varzeana e operária (Seabra, 1987), eram também locais de extração de areia e pedregulho para a construção civil antes mesmo das pressões sobre a retificação do rio, abastecendo a cidade que vinha se construindo. Mobilizou trabalhos específicos, assalariados e autônomos extrativistas, que compunham a organicidade dos circuitos urbanos de riqueza, onde eram trabalhadores e consumidores na cidade, fazendo com que “antes mesmo que pudesse aparecer materialmente a cidade nas várzeas, as várzeas existem em função da cidade, para a cidade” (Seabra, 1987, p. 77). Ainda sim, os capitais privados cafeeiros e ingleses, diretamente ligados às ações das Estradas de Ferro paulistanas, formaram um mercado de valores imobiliários nos limites das suas estações, que, com o aumento da massa industrial pressionando as várzeas e os terrenos rurais remanescentes para a expansão das indústrias e das relações de trabalho, redefiniram o uso dos espaços e fizeram especular seus terrenos em valores altíssimos.

Sobre a valorização dos mercados imobiliários, inclusive, como apresenta Seabra (1987), aparece nos escritos do engenheiro Saturnino de Brito, coordenador da Comissão de Melhoramentos do Rio Tietê em 1923, ao demonstrar preocupação a respeito do impacto das obras de retificação do rio nas várzeas, citando como problema principal a especulação dos preços da terra e expansão dos imóveis particulares tanto nas várzeas quanto no centro:

> O problema das inundações em São Paulo justifica-se pela extraordinária valorização das terras na cidade e nos subúrbios (...) a valorização proveniente das obras em projeto não se restringe apenas a enorme superfície de 38 milhões de metros quadrados, dela participa toda cidade, em menor porcentagem, e especialmente as zonas que ficam nas proximidades do rio. (Brito, F.R. Saturnino de op. cit. p. 126 apud Seabra, 1987, p. 121).

Saturnino aparenta se preocupar com o que poder se tornar as obras de retificação do rio Tietê frente a expansão das propriedades e especulação dos imóveis no mercado de terras. Ainda nas palavras do engenheiro:

> Diz-se que com notícia dos melhoramentos projetados já se deslocam as cercas [...] É preciso agir antes que as coisas se compliquem mais e a municipalidade tenha notavelmente diminuído seu patrimônio. [...] A municipalidade fará obras desapropriando apenas o necessário, entrará em acordos para aterro do patrimônio particular e lançará taxas de valorização diferentes para os terrenos agora

> inundáveis e para os que participarem do benefício embora não sejam inundáveis [...]. A administração municipal ao examinar a questão sob estes e outros aspectos poderá levar em conta os exemplos em vários países e no Brasil: No Rio de Janeiro (Morro Castelo, Lagoa Rodrigo de Freitas) em São Paulo (Várzea do Carmo) e em Santos, onde o Estado despendeu valiosas somas com canais valorizando extraordinariamente terrenos que pouco valiam sem ter uma pequena cooparticipação direta nos proveitos com que largamente tem beneficiado os proprietários. (BRITO, F.R. Saturnino de, op. cit., p. 221 apud Seabra, 1987, p. 121).

Sendo assim, vemos a região da Zona Norte, principalmente Santana, passar por transformações urbanas que alteram totalmente a paisagem e os usos do espaço; a fazenda como lugar da produção dos gêneros rurais a serem vendidos na Vila já não existe mais, assim como a mão de obra escrava e indigena que foi substituida por uma mão de obra mais adequada às relações que se consolidavam: “livre” e expropriada; a Ponte Grande de madeira que possibilitara os fluxos de produtos rurais será trocada por formas mais dinâmicas, como trilhos e avenidas sobre concreto armado; o rio Tietê terá seus meandros aterrados e retificados para se expandir a estrutura da cidade; as valas de onde se tirou a areia e o cascalho serão cobertas para a valorização do imóvel no mercado de terras. Santana passa a ser produto do que há de mais moderno na indústria capitalista, como lugar a absorver investimentos estaduais e privados na forma de estruturas de engenharia e serviços, ambos alimentados pelos capitais advindos do empreendimento cafeeiro que se dava no fértil Oeste Paulista. Temos a superação capitalista dos entraves sociais e espaciais para a sua reprodução.

Santana se apresenta não como polo em si mesmo de uma história e espacialidade própria, mas como fragmento constitutivo da vida econômica que se formava no centro político da cidade, que, de acordo com os movimentos de consolidação e expansão das propriedades privadas, respondem às lógicas que se dão no centro do sistema capitalista, como as formas modernas de financeirização do espaço, de absorção de capitais.

Se num dado momento o planalto e sua produção se resumiam a alimentação e manutenção da vida nos portos de Santos, a partir da entrada dos capitais internacionais – pelos investimentos industriais, cafeeiros e ferroviários –, de mão de obra livre imigrante e da formação de um Estado republicano, vemos o município inteiro adequar suas

estruturas jurídicas, fundiárias e econômicas às novas exigências modernizantes. Temos, de acordo com Odette (1987), o processo de valorização como momento no capitalismo que tende a colocar os diferentes lugares e recursos da Terra “sob a vigência das leis abstratas da reprodução social, no qual a terra vai se constituindo em força produtiva da sociedade assumindo a condição de capital social” (Seabra, 1987, p. 280). É a expansão contraditória do capital sobre o espaço que, ao mesmo tempo é socialmente produzida pelo trabalho, é individualmente acumulada pelo proprietário do capital.

FRAGMENTO CARANDIRU

Do presídio ao parque

Como consta Torres (1970), devido às divisas obscuras e disputa de terrenos situados em Santana, o bairro Carandiru surge oficialmente nas escrituras do Diário Oficial em 1918:

> (...) assinada por Carlos Decourt, foi homologada a discriminação do perímetro que abrange os terrenos situados nos bairros de Santana, Carandiru e Coroa, no distrito de paz de Santana, município e comarca de São Paulo, por cuja sentença foi considerado de domínio privado a totalidade dos terrenos compreendidos dentro do referido perímetro. (Torres, 1970, p. 107)

Região por onde passa o córrego Carandiru, esta localidade só será viabilizada para a construção do presídio a partir da Lei nº 1.038 (São Paulo, 1906), que obriga os territórios, para que passem a ser reconhecido como municípios, a reconhecerem a uma série de exigências, como:

> Artigo 3.º - Para ser qualquer parte do território do Estado elevada á categoria de município, além do requisito de ter população não inferior a dez mil habitantes, deverão concorrer as seguintes condições: a) ter a séde do novo município pelo menos cem prédios bons, população mínima de mil habitantes e estar situada em local de fácil saneamento. b) ter prédios para a municipalidade, duas escolas (uma para cada sexo) e cadeia pública; c) preceder representação dos habitantes da zona, ao Congresso, solicitando esse beneficio; d) Prova de que a zona destinada a novo município produz, de impostos expressamente autorizados por esta lei, uma renda nunca inferior a vinte contos de réis anuais. (...) § 5.º - Terão a categoria de cidade as sedes de municípios, e de vila a dos distritos de paz que constituírem povoações distintas da sede do município. (São Paulo, 1906, art. 3, grifo nosso)

Desta forma, a Villa de São Paulo passa a ser definida pelo título de município, sendo este dividido em uma série de distritos (18 ainda neste período), sendo um deles Santana, já que este teria sido formado por uma história de povoação muito distinta da do centro histórico justamente por ter sido formada, principalmente, por chácaras com produção de gêneros agrícolas que abasteciam a Villa. Porém, o que se destaca nessa lei, além da fragmentação da fazenda, é a necessidade de se ter nos limites do município, para que assim seja reconhecido, um presídio público. Tal fato justificará a presença da principal estrutura arquitetônica a caracterizar o bairro no Carandiru.

Um aspecto determinante para a construção desse novo presídio se encontra no Decreto n° 9.789 (São Paulo, 1938), em que o Interventor Federal no Estado de São Paulo, Dr. Adhemar Pereira de Barros, anuncia o fechamento da antiga Cadeia Pública (prisão comum) e do antigo Presídio Político da Capital (prisão especial) pois considera estar “instalado em prédio impróprio, sem os requisitos de conforto e de segurança” (São Paulo, 1938). Ou seja, com o aumento da população paulistana, aumentou-se também a população carcerária e a pressão sobre a capacidade dessa estrutura. Surge então a necessidade de se construir um presídio com maior capacidade e melhores estruturas: a Penitenciária do Estado de São Paulo (presídio comum e especial).

Figura 1: Entrada da Penitenciária do Estado de São Paulo, entre 1927 e 1930.

Fonte: São Paulo Antiga, 2014. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/penitenciaria-de-sao-paulo/>

Considerada uma das maiores construções realizadas pelo governo de São Paulo até então, são acatadas as exigências presentes no Decreto n° 9.789 (São Paulo, 1938) para a construção Penitenciária do Estado de São Paulo (Figura 1), entrando em atividade em 1920.

De caráter positivo e liberal, o novo código penal prevê a prisão de infratores mediante penas progressivas que envolvem o preso em atividades laboriosas a fim de o reabilitar ao mundo do trabalho. O planejamento dessas penas passa, de acordo com Cezar Roberto Bitencourt (2011), por fases gradativas que consistem, em ordem, no isolamento celular, no trabalho sob o silêncio e, por fim, na liberdade condicional. A duração das penas eram calculadas de acordo com a "gravidade do delito, pelo aproveitamento no trabalho e pela boa conduta" (Bitencourt, 2011, p. 99), dando ao trabalho e à obediência a centralidade na estruturação da vida no presídio. Como prevê o Decreto nº 847, de 11 de Outubro de 1890, que promulga o Código Penal (Brasil, 1890):

> Art. 45. A pena de prisão celular será cumprida em estabelecimento especial com isolamento celular e trabalho obrigatório, observadas as seguintes regras: a) si não exceder de um ano, com isolamento celular pela quinta parte de sua duração; b) se exceder desse prazo, por um período igual a 4ª parte da duração da pena e que não poderá exceder de dois anos; e nos períodos sucessivos, com trabalho em comum, segregação noturna e silêncio durante o dia. [...]
> Art. 48. A pena de prisão com trabalho será cumprida em penitenciárias agrícolas, para esse fim destinadas, ou em presídios militares.
> Art. 49. A pena de prisão disciplinar será cumprida em estabelecimentos industriais especiais, onde serão recolhidos os menores até à idade de 21 anos.
> Art. 50. O condenado à prisão celular por tempo excedente de seis anos e que houver cumprido metade da pena, mostrando bom comportamento, poderá ser transferido para alguma penitenciária agrícola, afim de aí cumprir o restante da pena. (Brasil, 1890, art 45, 48-50)

Como vemos, o trabalho é uma categoria de extrema importância para se analisar a lógica por trás das penas progressivas. No caso do Carandiru, à época chamado de Instituto de Regeneração, devido ao contexto econômico em que se preservava as atividades agrícolas e se expandia as industriais, é aplicado o sistema progressivo irlandês, que, diferente do inglês, numa etapa intermediária da reclusão é executada as atividades laborais ao ar livre (Figura 2), predominantemente agrícolas (Bitencourt, 2011, p. 101).

Figura 2: Lavoura do presídio, entre 1927 e 1930.

Fonte: São Paulo Antiga, 2014. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/penitenciaria-de-sao-paulo/>

Nestes conformes, o distrito de Santana no início do século XX, ainda relativamente atrasado em relação à mobilidade e aos impulsos urbanos, fez dos pastos e das atividades rurais nos seus limites um lugar ideal para sediar uma estrutura penitenciária com tal abordagem.

Sobre os prisioneiros da nova Penitenciária do Estado, Fernando Salla (2007), ao falar a respeito da forma específica de alguns tratamentos em relação às situações de rebeldia, traz os prontuários dessa população com dados a respeito das profissões que exerciam antes de serem encarcerados:

> A maioria dos condenados enviados para a PE (Penitenciária do Estado) era composta de indivíduos pobres, simples lavradores, artesãos, ou trabalhadores sem qualificação, conforme o demonstram os dados abaixo da Tabela 5, elaborada com base nos 110 prontuários pesquisados. Os dados relativos à profissão dos presos indicam a predominância acentuada de indivíduos que trabalham no meio rural. A presença da maior expressão desse grupo entre os condenados que eram enviadas para a Penitenciária do Estado é facilmente explicada pela própria distribuição da população pelas áreas urbanas e rurais, absorvendo estas, nas primeiras décadas do século, a maior parte da população. (Salla, 2007, p. 210-211)

Figura 3: Prontuário de distribuição percentual dos presos segundo a profissão.

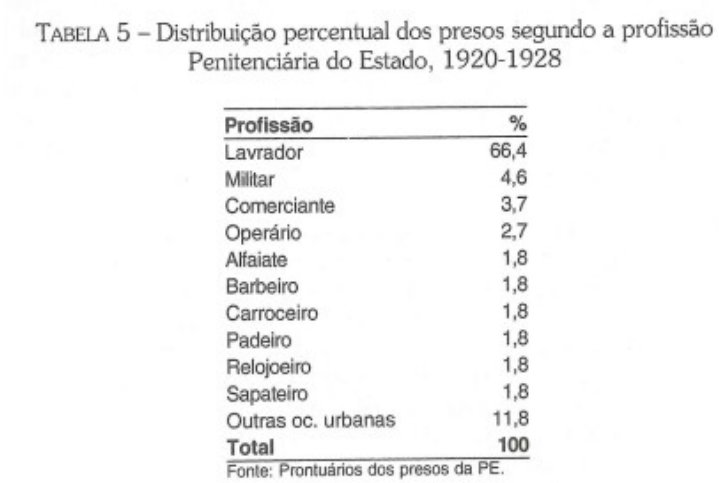


TABELA 5 – Distribuição percentual dos presos segundo a profissão
Penitenciária do Estado, 1920-1928

Profissão	%
Lavrador	66,4
Militar	4,6
Comerciante	3,7
Operário	2,7
Alfaiate	1,8
Barbeiro	1,8
Carroceiro	1,8
Padeiro	1,8
Relojoeiro	1,8
Sapateiro	1,8
Outras oc. urbanas	11,8
Total	**100**

Fonte: Prontuários dos presos da PE.

Fonte: Salla, 2007.

Ao trazermos os números percentuais da tabela acima (Figura 3), que considera as profissões dos presos antes de serem encarcerados, vemos que a maioria deles

pertencem à agricultura (66,4%), na condição de lavradores. Tal fato, em perspectiva com os dados apontados pelo Recenseamento Geral de 1920, organizado pelo pesquisador Alexandre de Freitas Barbosa (2008), traz a possibilidade de verificarmos nos indicadores do mercado de trabalho, especificamente no município de São Paulo, que a força de trabalho deixou de ser absorvida na agricultura em níveis absolutos e relativos, compondo apenas 7,1% de todos os trabalhos ocupados no município, ficando bem atrás dos setores de Serviços (43,6%) e Indústria+Artesanato (49,3%).

Figura 4: Tabela de indicadores do mercado de trabalho, município de São Paulo e Brasil, 1920.

Tabela 2

Indicadores do mercado de trabalho, município de São Paulo e Brasil, 1920

	SÃO PAULO	BRASIL	SP/BRASIL (EM %)
População Total	577.621	30.635.605	1,9
PIA	390.184	18.004.030	2,2
PEA	240.044	9.566.822	2,5
Inativos	150.140	8.437.208	1,8
Ocupados	203.558	9.150.254	2,2
Agricultura	14.494	6.451.530	0,2
Serviços	88.689	1.509.367	5,9
Indústria + Artesanato	100.375	1.189.357	8,4
Operários Assalariados (OA)	54.935	275.512	19,9
Assalariados Total	81.555	733.044	11,1
Artesãos	45.440	913.845	5,0
População Sem Trabalho (PST)	37.226	416.568	8,9
Tx Participação	61,5	53,1	
Tx População Sem Trabalho	15,2	4,4	
Razão PST/OA	0,664	1,512	
Operários Assalariados/Ocupados	27,0	3,0	
Taxa Total de Assalariamento	40,1	8,0	
Ocupados	100,0	100,0	
Agricultura	7,1	70,5	
Serviços	43,6	16,5	
Indústria + Artesanato	49,3	13,0	

Fonte: Recenseamento Geral de 1920; elaboração própria.

Fonte: Barbosa, 2008.

Tal fenômeno nos permite afirmar que esta industrialização trazida pelos capitais cafeeiros, apesar de ter alavancado os postos de trabalho nos setores industriais da economia paulistana, assim como também no de serviços, provenientes pela expansão urbana industrial, não deu conta, competitivamente, de transformar e incorporar neste setor grande parte da força de trabalho que vinha do campo. A realidade que se observa na própria cidade passava por transformações – como a fragmentação dos sítios em lotes imobiliário para expansão dos limites da infraestrutura urbana – que suprimiram a dinâmica agrária no município, tornando essa população um excedente humano – em Marx (2013), *superpopulação relativa* – em relação à urbanidade industrial e os trabalhos por ela ofertados.

Ainda no contexto do início do século XX, com a queda dos preços do café no mercado internacional, começam a migrar para a cidade populações rurais provenientes das fazendas de café do interior, aumentando a densidade populacional na cidade. Tal fato, como explica Barbosa (2008), permite abastecer na cidade um "volumoso exército de reserva para a expansão do capital" (p. 96). Este fato pode ser observado na Figura 4, quando comparamos na tabela a Taxa de População Sem Trabalho de São Paulo (15,2%) com a Taxa Total Brasileira (4,4%), onde São Paulo passa a contemplar nos seus limites 37.226 pessoas sem trabalho efetivado, quase 10% da população em idade ativa paulistana.

Essas massas populacionais excedentes provenientes do campo, de lavradores de café, principalmente, sejam elas dos limites do município, como da fazenda de Sant'Anna, sejam migrantes de outros, na falta de oferta de trabalho, ao virem pra cidade para compor a população urbana, parecem refletir diretamente na composição da massa carcerária, já que muitos dos presos vieram do campo e do trabalho agrícola. Sendo assim, a mesma pressão que se faz tomar a cidade por estas populações, a crise do café, ao tornar o capital cafeeiro em investimentos industriais e imobiliários, parece ser a mesma a produzir este excedente populacional marginal ao trabalho. Nesse sentido, o presídio passa a cumprir tanto a função de disciplinarização homem ao mercado de trabalho industrial, quanto como lugar de contenção dessas massas excedentes, do não-trabalho.

Ainda a respeito do Carandiru, vemos estas afirmações verificadas por Fernando Salla (2006) quando há a pressão por parte do aparato estatal presidiário para que essa população se adeque devidamente ao trabalho realizado na sociedade industrial que se formava lá fora, fazendo do próprio presídio lugar da produção de utensílios industriais:

> Outro pilar sobre o qual se assentava a figura de um presídio-modelo era a sua **organização laboral**. Zelosamente a direção da Penitenciária cuidava para que a produção de bens tivesse um ritmo industrial. Quando do início de seu funcionamento, **um dos pontos de maior cuidado do governo foi exatamente o da organização do trabalho no interior da Penitenciária**. Isto significou a criação de algumas oficinas dotadas de maquinário dos mais avançados da época, especialmente a sapataria e a alfaiataria. Além da questão do disciplinamento dos condenados, e da preocupação em **gerar recursos para que os custos de operação da prisão** fossem reduzidos com a receita oriunda do produto do trabalho dos presos, é certo que **o governo transformava a Penitenciária numa vitrina de sua capacidade administrativa e a exibia como um modelo de organização a ser copiado**. Assim, o fornecimento de calçados, botas, chinelos, uniformes, móveis, colchões, vassouras para outras instituições, governamentais principalmente, dava um toque de empreendimento fabril e de lucratividade a sustentar a instituição e a imagem que se buscava manter dela junto ao público. (Salla, 2006, p. 197, grifo nosso)

De fato, não chegara a ser indústria competidora no mercado afora, já que, apesar dos maquinários avançados (Figura 5), sua produção era restrita aos limites do próprio presídio e do setor público, cobrindo os custos do cárcere com gêneros alimentícios e vestimentas, por exemplo; mas sua produção não deixou de ser aproveitada como vitrine para as capacidades modernas do Estado em consolidar uma sociedade industrial capitalista igualmente moderna.

Figura 5: Presos na alfaiataria do presídio, entre 1927 e 1930.

Fonte: São Paulo Antiga, 2014. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/penitenciaria-de-sao-paulo/>

A penitenciária, recém construída e muito bem equipada, que quase de tudo produzia, chegou a ser elogiada na época, junto à elite paulistana, em artigos, jornais e até numa revista italiana. Era ela um belo modelo de arquitetura, engenharia e civilidade aos olhos da República:

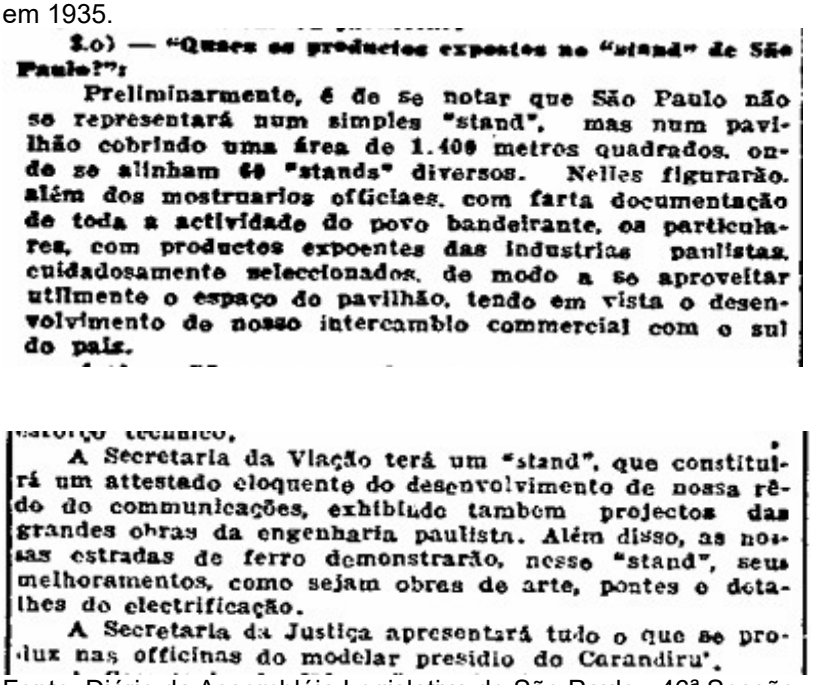
> L'intraprendenza, la modernità e lo spregiucato spirito d'iniziativa che sono nel carattere paulista riescono ad un'organizzazione pratica che rivaleggia com i più civili stati europei: voglio accenare a una istituzione che nella sua completezza e perfezione è única, io credo, nel mondo: il penitenziario penale (Carrara, 1926: 693 apud Salla, 2007, p. 196).

Em tradução livre:

> A desenvoltura, a modernidade e o espírito de iniciativa sem escrúpulos que estão no caráter paulista sucedem numa organização prática que rivaliza com os estados europeus mais civilizados: quero mencionar uma instituição que na sua completude e perfeição é única, creio eu, no mundo: a penitenciária penal (Carrara, 1926: 693 apud Salla, 2007, p. 196).

Outro exemplo desse apreço pela capacidade produtiva moderna do presídio aparece quando analisamos o Diário da Assembléia Legislativa de São Paulo (Figura 6) referente à um evento de comemoração e promoção do intercâmbio comercial com o sul do país, cuja motivação se dá pela comemoração do centenário da Guerra Farroupilha, em 1935, denominada Exposição de Porto Alegre, vemos que parte dos “produtos expoentes das indústrias paulistanas” a serem exibidos nos diversos “stands” são produzidos nas “oficinas do modelar presídio do Carandiru”. Dessa forma, é demonstrado como o ambiente carcerário foi utilizado como produção de um ideal exemplar de trabalho e trabalhador, carregando as mercadorias produzidas um exemplar padrão do que o trabalho organizado e aplicado deveria produzir. O caráter essencial do presídio era, de fato, o trabalho, a coerção dos indivíduos à moderna sociedade do trabalho.

Figura 6: Exposição de Porto Alegre com produtos do Carandiru em 1935.



3.o) — "Quaes os productos expostos no "stand" de São Paulo?":

Preliminarmente, é de se notar que São Paulo não se representará num simples "stand", mas num pavilhão cobrindo uma área de 1.400 metros quadrados, onde se alinham 60 "stands" diversos. Nelles figurarão, além dos mostruarios officiaes, com farta documentação de toda a actividade do povo bandeirante, os particulares, com productos expoentes das industrias paulistas, cuidadosamente seleccionados, de modo a se aproveitar utilmente o espaço do pavilhão, tendo em vista o desenvolvimento do nosso intercambio commercial com o sul do paiz.

A Secretaria da Viação terá um "stand", que constituirá um attestado eloquente do desenvolvimento de nossa rêde de communicações, exhibindo tambem projectos das grandes obras da engenharia paulista. Além disso, as nossas estradas de ferro demonstrarão, nesse "stand", seus melhoramentos, como sejam obras de arte, pontes e detalhes de electrificação.

A Secretaria da Justiça apresentará tudo o que se produz nas officinas do modelar presidio do Carandiru".

Fonte: Diário da Assembléia Legislativa de São Paulo - 46ª Sessão Ordinária, 1935.

Porém, como é de se esperar de um ambiente estruturado pela forte coerção ao trabalho obrigatório como estratégia regenerativa, somado ao ambiente altamente criterioso e punitivo, limitações do modelo apontados por Bitencourt (2011), temos simultaneamente a essa realidade relatos de diversos casos de violência institucional nos limites do presídio. Um deles, comentado por Salla (2006, p.212), está na prisão em 1928 de um jovem de 23 anos por vadiagem e furto, sentenciado à 9 anos, onde era

constantemente punido com solitárias e isolamentos por cometer infrações como conversar com outros presos da solitária, dormir antes da hora permitida, debruçar em janelas etc.

Episódios de subversão e alteração dos fatos a respeito a suas prisões pelos dirigentes, atestadas e laudadas pela sessão psiquiátrica, fundadas em preconceitos e determinações de raça e classe, também sempre fizeram parte do cotidiano carcerário no Carandiru. Em casos de pessoas com transtornos mentais, o banho de sol já não era nem mais praticado. Por volta dos anos 50 as oficinas de trabalho também passam a ser deixadas de lado e o projeto de regeneração, se um dia existiu, é abandonado totalmente. Foucault (1998), ao falar da vigilância e delinquência, demonstra essa crise de paradigma nas prisões:

> Em sua concepção primitiva o trabalho penal não é o aprendizado deste ou daquele ofício, mas o aprendizado da própria virtude do trabalho. Trabalhar sem objetivo, trabalhar por trabalhar, deveria dar aos indivíduos a forma ideal do trabalhador. Talvez uma quimera, mas que havia sido perfeitamente programada e definida pelos quakers na América (constituição das workhouses) e pelos holandeses. Posteriormente, a partir dos anos 1835-1840, tornou-se claro que não se procurava reeducar os delinquentes, torná-los virtuosos, mas sim agrupá-los num meio bem definido, rotulado, que pudesse ser uma arma com fins econômicos ou políticos. O problema então não era ensinar-lhes alguma coisa, mas ao contrário, não lhes ensinar nada para se estar bem seguro de que nada poderão fazer saindo da prisão. O caráter de inutilidade do trabalho penal que está no começo ligado a um projeto preciso, serve agora a uma outra estratégia. (Foucault, 1998, p. 133-134)

Com a crise da representação do presidiário corrigido e trabalhador, o presídio-modelo perderia seu aparente caráter civilizatório humanístico de adaptação dos sujeitos à nova sociedade moderna que vinha a ser produzida no contexto brasielrio. Passaria a ser, agora de forma descarada, lugar da contenção e punição exemplar de uma massa que não era requisitada e nem bem-vinda na sociedade do trabalho, excedentes populacionais em relação ao trabalho. Do Instituto de Regeneração, em 1956, expande-se suas capacidades carcerárias e passa a ser referida oficialmente como Casa de Detenção.

Durante sua construção, o presídio fora idealizado para suportar, dentro dos seus programas e dos limites concretos do edifício, a capacidade máxima de 1.200 presos. Em face desse aumento sempre crescente da população carcerária e da degradação da vida no ambiente prisional, em 1956 o presídio passa por obras de ampliação que dobram a sua capacidade a fim de dar conta desses sujeitos que chegam dia após dia. Drauzio Varella (1999) no seu livro “Estação Carandiru”, comenta sobre as condições de constante superlotação do presídio, que superaram em 3 vezes a nova marca atingida após a reforma anterior:

> A Detenção tem mais gente do que muita cidade. São mais de 7 mil homens, o dobro ou o triplo do número previsto nos anos 50, quando foram construídos os primeiros pavilhões. Nas piores fases, o presídio chegou a conter 9 mil pessoas. (Varella, 1999, p. 15)

Esta superlotação (Figura 7), como mostra Salla (2007), é resultado do papel central que a Casa de Detenção do Carandiru ocupou no Departamento dos Institutos Penais do Estado (DIPE). Em 1976, num contexto em que havia apenas 10 presídios sob sua tutela, o Carandiru apresentou, junto à Penitenciária do Estado, 80% da população do DIPE, com 6.473 presos, exercendo um papel de “sorvedouro de presos” (2007, p. 74) do sistema de segurança pública.

Figura 7: Presos em celas lotadas

Fonte: O Globo, 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/10/09/mpsp-recorre-de-decisao-que-anulou-penas-de-74-pms-condenados-por-executar-presos-durante-o-massacre-do-carandiru.ghtml>

Episódios constantes de rebeliões e tentativas de fuga perduraram até os últimos dias do presídio. A violência policial e da própria equipe administrativa e de segurança do presídio que atravessaram os diversos governos do Estado corroboraram para a manutenção de uma relação conflituosa para com os presos: superlotação, má alimentação, falta de diálogo, precarização dos serviços médicos nas mediações, abusos de autoridade, torturas e mortes fizeram parte do cotidiano prisional no Carandiru. Um exemplo é o caso registrado durante o governo Maluf, onde, em 1982, houve uma rebelião que terminou com a morte de 13 presos e 3 funcionários, sem nenhuma tentativa de negociação por parte da polícia.

Em 1992, durante o governo Fleury, ano em que a polícia atingiu números recordes de execuções (1.470), após anos de encarceramento em massa como principal resposta da política pública estadual na contenção da marginalidade, dia 2 de outubro de 1992 ficaria marcado na história brasileira como o dia do “Massacre do Carandiru”: 111 presos seriam sumariamente executados, sem negociação alguma, como resultado de um continuum de episódios de violência e revolta de uma gestão prisional que, desde sua formação, tratou esta população como desvalidos descartáveis da moderna sociedade que se formava, excessos humanos na sociedade do trabalho. “Quem não reagiu está vivo”, disse Fleury em entrevista anos depois.

Dado o ocorrido, pressões de vários setores da sociedade, movimentos sociais, presos e até mesmo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos clamam pela desativação do complexo penitenciário. Em 1993, é votada e passa a entrar em vigor a Lei nº 8.524 que busca alienar o terreno, ficando “desafetado de classe de bens de uso especial da Administração Pública e transferido para a classe de bens dominiais do Estado, imóvel de sua propriedade” (São Paulo, 1993, art. 1), ou seja, deixa de servir apenas à prestação de serviços e fins públicos e passa a ter finalidade a ser definida, cabendo da decisão pública a destinar sua função.

Porém, só após a rebelião de 2001 – depois de 8 anos ainda em funcionamento e em tramitação a respeito da expansão da sua capacidade prisional – que o Estado iria se

ver de fato pressionando a desativar a unidade prisional Carandiru. A partir daí o imóvel passa a ser palco de disputa entre os mais variados setores da sociedade a fim de cumprir as mais diversas finalidades. Para mediar os interesses, em 10 de Abril de 2001, criou-se uma Comissão Especial de Estudos, presidida pelo então vereador Erasmo Dias, destinada a fixar os parâmetros para ocupação futura da área.

A área, com seus 435.000m² e rodeada por avenidas importantes da zona Norte, por estar próxima à grandes estruturas de comércio, como o Shopping Center Norte e Lar Center; de turismo, como a empresa Anhembi Turismo; de hotelaria, como a Novotel, e de transporte, como as estações de metrô Santana e Carandiru, além do terminal rodoviário Tietê, que interliga a cidade aos diversos municípios de São Paulo e estados da região Sudeste, adquire localização privilegiada aos olhos do setor imobiliário. Nesse sentido, a própria alienação do imóvel pela definição de novos parâmetros de uso por parte do governo Fleury buscava abrir brecha para a venda de lotes para setor privado. É o que vemos no Relatório Final da Comissão Especial (2001):

> O governo estadual pretendia auferir parte dos recursos para construção de novos presídios buscando parcerias com a iniciativa privada. Seu projeto inicial para o Carandiru previa diretrizes de preservação e a implantação de parque público, mas também a possibilidade de venda de parte da área para o setor privado, como aporte de recursos. (Comissão Especial de Estudos sobre o Carandiru, 2001, p. 2)

Durante a fase de definição das propostas para a alteração de zoneamento, diversos projetos de lei foram criados pelos vereadores a fim de fazer caber o interesse econômico nos limites do parque, deixando brechas para que o uso institucional (no sentido de ser estritamente público) e de interesse social fossem reprimidos, colocando o lote à disposição do setor imobiliário.

É travada então uma disputa de interesses dentro da Comissão de Estudos entre o interesse do mercado imobiliário em adquirir o direito de compra e uso daqueles lotes e o interesse social acerca do direito de uso por parte da população para o lazer e cultura, que, no final, após audiências de representantes dos vários setores sociais envolvidos no tema e da pressão popular alinhada à defesa do uso social do terreno, vence a proposta de se criar um parque dotado de equipamentos sócio-culturais para o uso irrestrito da população.

Figura 8: Imagem aérea de comparação entre o presídio e o parque, 1990 - 2008

Fonte: ArchDaily, 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/880975/parque-da-juventude-paisagismo-como-ressignificador-espacial>

A partir daí são definidos os usos que cobrem apenas as categorias E3 e E4, relativo às áreas públicas para o lazer, cultura, educação, saúde e assistência social, e que torna também indesejável a ocupação por edifícios residenciais ou comerciais, "devendo ser bloqueada qualquer intenção nessa direção" (Comissão Especial de Estudos sobre o Carandiru, 2001, p. 9). Dentro dessa proposta, em 2006, após a consolidação do Parque da Juventude, os resquícios das estruturas do antigo presídio passaram a ser utilizados como fundação da Etec Carandiru (Figura 8), instituto educativo técnico e de ensino médio disponibilizado pelo Estado de São Paulo. O setor imobiliário perde sua capacidade de mobilizar seus capitais especulativos e seu poder político sobre o lote do antigo presídio, porém não perdem de todo, já que com a construção do parque e da Etec a tendência é que os terrenos no seu entorno ainda se valorizem amplamente. Hoje o m² em Santana, de acordo com ZNImóvel (2024), é avaliado entre R$7.200 e R$8.700, com imóveis avaliados entre R$500 mil e R$2,5 milhões:

> O bairro está apresentando um considerável adensamento populacional, além de estar passando por um grande processo de verticalização, devido à sua alta valorização no mercado imobiliário, de modo que possa continuar a vir atendendo

> as classes média, média/alta e alta. E justamente por isso, que os apartamentos de alto padrão em Santana, também estão entre os mais anunciados e procurados. E se falarmos de valores, estão avaliados entre R$1 milhão e R$2,5 milhões. (ZNImóvel, 2024)

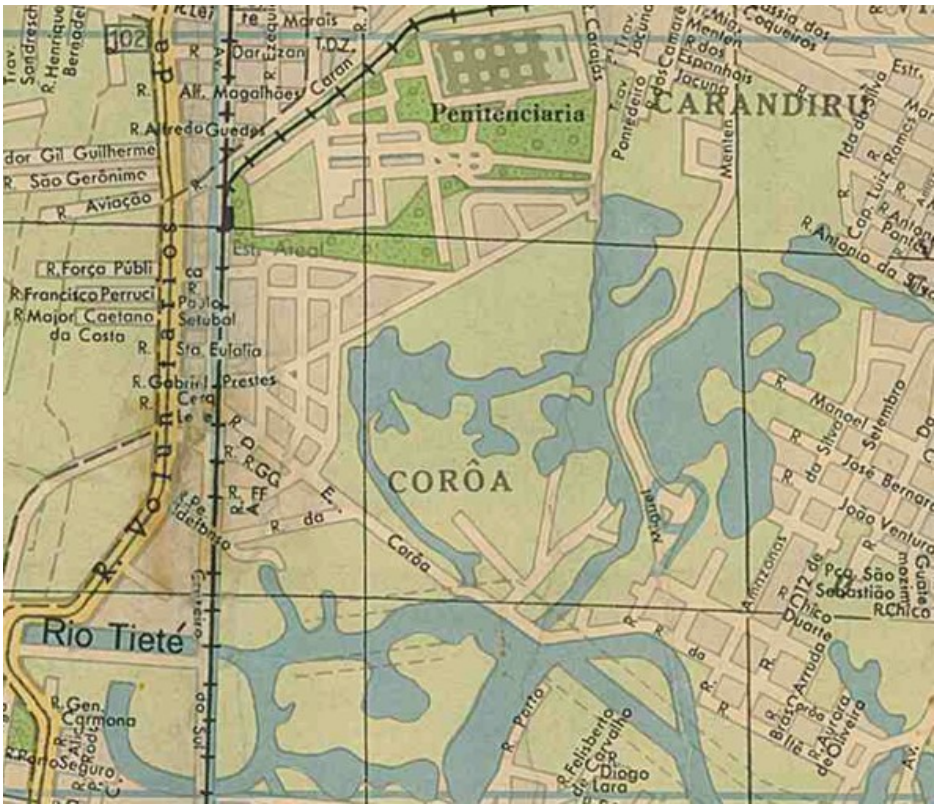
Temos, assim, a especulação imobiliária pressionando e transformando os usos mais uma vez na região, cobrando do Carandiru para que componha seus movimentos de precificação e extração de capitais privados em detrimento do uso coletivo dos espaços.

Da coroa à “Cidade Center Norte”

Com o avanço dos investimentos em projetos de modernização e urbanização relacionadas à expansão dos usos imobiliários, industriais e da infraestrutura urbana de circulação (como avenidas, pontes, túneis, canalização) a cidade de São Paulo vai expandindo suas fronteiras para regiões cada vez mais distantes e que antes pareciam ser impossíveis, adequando a paisagem às suas necessidades específicas do capital de circulação e valorização.

Com a retificação e consequente expansão da cidade para as várzeas do Tietê, a valorização do m² nessa região passa a ser fundamental para entender os processos que de agora em diante irão ocorrer na região da Corôa (Figura 9), fragmento de um meandro “abandonado” e assoreado pelo rio cuja posse e uso foi sendo transformado junto à realidade social da cidade.

Figura 9: Região da Corôa presente no mapa Falk de São Paulo em 1951



Fonte: Acervo do Museu Paulista da USP, 1951. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f3/Mapa_Falk_da_Cidade_de_S%C3%A3o_Paulo_-_1%2C_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP.jpg>

Essa região, herdada por várias gerações de famílias sitiantes, como a família Ramalho, Baruel e Velloso, de acordo com Torres (1970) em 12 de setembro de 1912 é então vendida para Guilherme Praun, o qual passa a lotear os terrenos aos imigrantes portugueses e construir benfeitorias em regiões centrais, como farmácias, estabelecimentos comerciais e até escolas, como o Grupo Escolar Afrânio Peixoto na rua Maria Cândida, rua essa que carrega o nome da sua esposa. A influência de portugueses comerciantes e operários que trabalham na margem direita do rio é grande na região, e é com a mão de obra deles que será possível, por exemplo, construir pontes para a outra margem e o estádio do Canindé, adquirido em 1956 pela Associação Portuguesa de Desportos.

Nesta região, além da presença de chácaras, que já estavam a desaparecer seus produtos aos poucos juntamente à expansão do constructo urbano, uma atividade comum que se dava nas proximidades do rio era a extração de areia e cascalhos das várzeas para o suprir as demandas do mercado de construção civil, que pressionava a extração desses recursos na região.

De acordo com Odette Seabra (1987, p. 108) a população ali presente nas várzeas, até meados da década de 40, era composta por roceiros, pescadores, extrativistas de areia e cascalho, barqueiros de travessia e oleiros que mantinham fortes relações com o rio e suas áreas inundadas, sempre se mantiveram em sintonia com os períodos de cheia do rio, já que este compunha parte importante na reprodução da vida cotidiana destes. Para o centro e seus moradores “não passavam de caipiras” (Torres, 1970, p. 58 apud Seabra, 1987, p. 52).

Com o passar do tempo, conforme foi mudando as formas de relação e produção na região, a população operária imigrante pobre – cujo trabalho era realizado em sua maioria no centro – começa a se fixar ali, compondo uma nova sociabilidade com o rio que passaria a ser visto, longe de um meio de vida, mas como obstáculo e problema para a vida urbana; “varzeanos seriam esses novos moradores que começariam a viver o problema da insalubridade, da sujeira e do odor dos terrenos, por vezes seus próprios quintais” (Seabra, p. 108). Essa população caipira que tinha sua reprodução ligada ao rio vai perdendo seu espaço de reprodução e representação nas várzeas onde a modernização começara a ganhar nova forma.

Com a perspectiva de início das obras de retificação do Tietê em 1937 e a necessidade de se buscar locais para a retirada de materiais para a sua construção, a região da Coroa passa por um período de intensa regularização das suas terras a fim de avançar na realização do projeto. Com isso, a Prefeitura passa a comprar dos proprietários seus terrenos para que a expansão da cidade possa ser realizada. A Comissão de Melhoramentos do rio Tietê demonstram suas intenções em relatório:

> São bairros inteiros a serem estudados, cada qual com uma feição própria: são dezenas de avenidas para as ligar e coordenar entre si; são grandes artérias que ponham o seu conjunto em harmonia com o sistema de trânsito rápido. São novos ramais de estradas de ferro, desviando para a margem direita do rio, o tráfego de mercadorias, os desvios Industriais: é urn grande porto fluvial servido por vias férreas; um aeroporto cuja localização na várzea parece impor-se: são grandes parques, logradouros públicos… (Pires do Rio, 1928 p. 24 apud Torres, 1970, p. 120)

Ainda em paralelo às construções nas várzeas relacionadas à contenção do rio, há também as construções relacionadas ao reservatório Cantareira, cujas mercadorias, materiais e mão de obra eram deslocadas através da antiga linha de trem Tramway Cantareira – construída pela Companhia Cantareira de Águas e Esgotos em 1889 para captação e abastecimento de água na cidade e extinta em 1965 – onde os vagões eram carregados nas estações do Tamanduateí e do Areal (Figura 10) para suprir as demandas da Serra.

Figura 10: Estação Areal do Tramway Cantareira por volta de 1927

Fonte: Página do Facebook “Bairro do Jaçanã SP. Ontem e Hoje”, 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/JacanaOntemHoje/photos/areal-a-esta%C3%A7%C3%A3o-de-areal-do-tramway-da-cantareira-foi-inaugurada-na-d%C3%A9cada-de-19/275684195968910/?_rdr>

A região da Coroa, tomada por estas duas frentes de expansão da infraestrutura urbana, devido a sua importância para as obras, passa a ser operada pela Prefeitura Municipal como depósito de materiais de construção, cujo uso particular para extração também era possível, apesar de restrito. Em 1937 a paisagem do rio era tomada por intensa exploração e escavação, com amontoados de areia, maquinarias e valas, ao mesmo tempo em que se iniciavam as obras de retificação. Como podemos ver na Figura 11 o meandro do rio e a vida ribeirinha perdem seu espaço na cidade para a exploração intensiva dessas matérias-primas.

Figura 11: Escavadeira retirando areia da várzea

Fonte: Diário Zona Norte, 2020. Disponível em: <https://www.diariozonanorte.com.br/vila-guilherme-um-passado-agora-nos-108-anos-esperanca-para-melhorias-na-regiao/>

Como demonstra Odette (1987, p. 95), com a crise nos preços do pedregulho e, consequentemente, da areia devido à cada vez mais escassa disponibilidade desses

recursos, somada à concorrência com as pedreiras recém abertas na região, onde a pedra britada chegava a ser economicamente mais vantajosa, a região da Coroa passa a ser abandonada por esses empreendimentos. Valas são deixadas em aberto aos montes na região, fazendo da paisagem um grande buraco.

Com as obras de retificação e expansão da malha urbana nas várzeas do rio, os proprietários dos terrenos veem seus lotes valorizarem no mercado de terras; porém, para que fossem disponibilizados à venda, primeiramente teriam de adequar suas propriedades a fim de deixá-las mais atrativas às obras de engenharia. Com este problema em perspectiva, de acordo com Benedita Carvalho Silva e José Amaral Junior (2002), o Estado, para dar conta tanto do problema do descarte do lixo que a cidade produzia, assim como das irregularidades do terreno que impossibilitavam a terraplanagem para a construção, utiliza do aterramento de lixo como solução principal de viabilização do lote. São descarregados nas valas dos terrenos da Coroa caminhões de lixo com voluptuosas quantidades de material sólido que vinham dos mais diversos lugares da cidade. Com isso, em 1954, é criado aos poucos o Aterro do Carandiru (Figura 12), localizado na região da antiga Coroa, nas proximidades da atual Av. Zaki Narchi.

> (...) começou a trazer caminhões e mais caminhões de lixo, sem as mínimas condições de higiene esparramando lixo por todo o bairro, deixando um insuportável mau cheiro, moscas, urubus, ratos. E assim foi o aterro de todas as nossas lagoas (Silva e Amaral Junior, p. 74, 2002)

Figura 12: Catador separando itens de ferro e alumínio no aterro do Carandiru em 1973

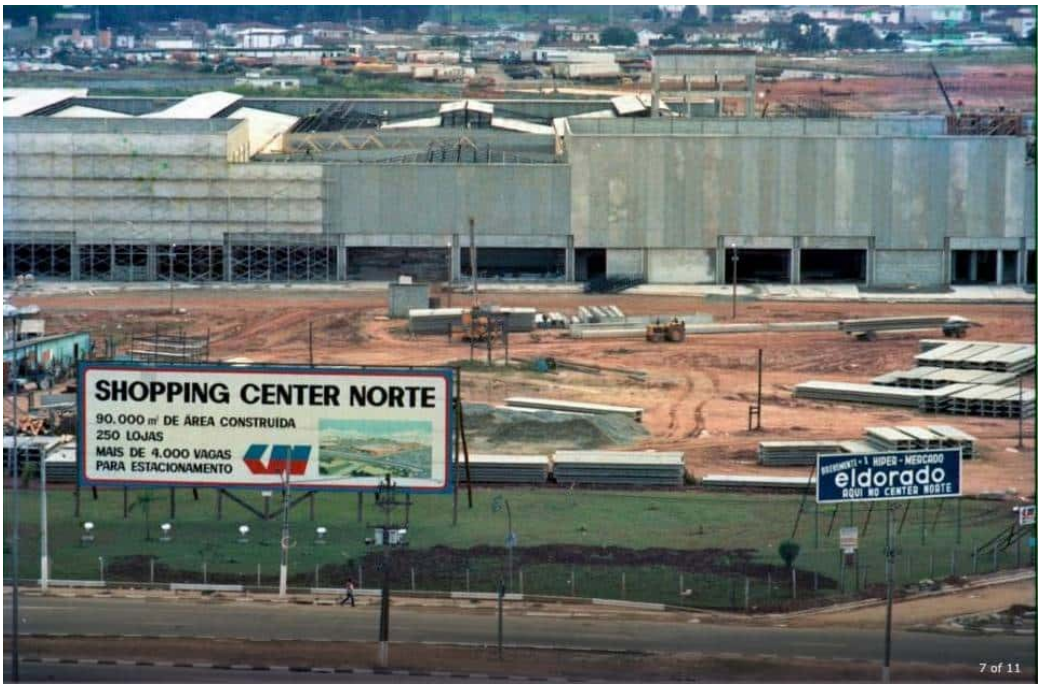
Fonte: SP In Foco, 2021. Disponível em: <https://www.saopauloinfoco.com.br/o-shopping-sobre-o-lixao-a-historia-do-center-norte/#comments>

Já na década de 1950, finalizada as obras de retificação do rio e com a terraplanagem dos lotes com o lixo, valorizados os lotes nesta região, serão construídos nestas terras empreendimentos e estruturas dos mais diversos tipos. As rodovias marginais passam a possibilitar o rápido escoamento da produção da cidade, como dos municípios de Guarulhos, ABC e Osasco, como da Zona Norte e Zona Leste da cidade. O metrô e o Terminal Rodoviário Tietê, construídos em 1975 e 1982, respectivamente, com estações no Carandiru, Santana e Tietê, potencializam ainda mais o transporte metropolitano, colocando o bairro a alguns minutos do resto da cidade e a algumas horas do resto do Brasil. A velocidade e o tempo na cidade vão sendo potencializados assim como a circulação de trabalho e capitais, coordenando a metrópole que se desdobrava.

Neste contexto surge a personalidade Otto Baumgart, fundador da indústria de impermeabilizantes Vedacit, e seu filho Curt Baumgart. Ambos, vendo o potencial de valorização da extensa região aterrada e os baixos preços em relação ao resto da cidade, passam a comprar as terras dali. Como é mostrado na matéria do Diário Zona Norte

(2020), durante a década de 60 são adquiridos terrenos que somados equivalem a mais de 150.000m².

Figura 13: Construção do empreendimento Shopping Center Norte



Fonte: Diário Zona Norte, 2020. Disponível em: <https://www.diariozonanorte.com.br/center-norte-completa-36-anos-conheca-a-historia-do-shopping-queridinho-da-zona-norte/>

Neste contexto, em 1984 nasce sobre o aterrado lixão da antiga Coroa o Shopping Center Norte (Figura 13). Com limites entre a Av. Zaki Narchi, a Marginal Tietê, o Córrego do Carandiru e a Av. Miguel Mentem, e cortada pela avenida que leva o nome do seu fundador, o empresário Otto Baumgart, o Shopping Center toma forma na paisagem da Zona Norte de São Paulo, chegando a ser considerado o maior do Brasil até 1991, quando surge o Aricanduva (SHOPPING CENTER NORTE, 2024). Após sua inauguração, foram construídos nesta região o Lar Center (1987), o Expo Center Norte (1993) e o Novotel Center Norte (2000), ampliando seus empreendimentos para além das atividades comerciais do shopping. Hoje a soma desses empreendimentos compreendem um terreno de 600.000m², quatro vezes maior do que fora no início.

Hoje, como é demonstrado no Valor Econômico (2021), todos estes empreendimentos somados fazem parte de um projeto maior e mais ambicioso do grupo

Baumgart: o de transformar esses estabelecimentos num bairro planejado, a “Cidade Center Norte”.

> Após anos de estudos, o grupo Baumgart deve, finalmente, avançar num **audacioso projeto imobiliário na zona norte de São Paulo**, na tentativa de **transformar uma gigantesca área ociosa**, que forma a “Cidade Center Norte”, num **bairro planejado**. [...] “**Temos um espaço desocupado e de alto valor**, algo que é uma raridade em São Paulo. A ideia é ter os edifícios no entorno de toda a área integrados aos espaços de serviços e entretenimento, e com praças e áreas verdes espalhadas”, diz Flavio Fernandes, diretor-presidente da Cidade Center Norte. **O metro quadrado na região está entre R$ 7 mil e R$ 9 mil**. (Valor Econômico, 2021, grifo nosso)

Temos então expressos o interesse de se produzir um aproveitamento máximo da rentabilidade da terra, criando um bairro cujo propósito seja explicitamente a transformação da área “ociosa” em capital ativo no mercado imobiliário. Na história do empreendimento, dois exemplos podem ser vistos dessa apropriação máxima da renda da terra: a criação em 2013 de um CNPJ para a empresa “Center Norte Estacionamentos Ltda.”, já que a região ocupada pelos empreendimentos contam com quase 200.000m² de estacionamentos somados, --sendo uma forma prática de se garantir a renda da terra e a função social do imóvel, não correndo riscos de desapropriação – hoje terceirizados pela empresa Estapar Estacionamentos, contraídos numa torre de estacionamento vertical; e a nova parceria entre o Grupo Baumgart e o empreendimento “Apartamentos Zona Norte” para a construção do megaprojeto “Bioma Cidade Center Norte”, que de acordo com a planta, consiste na criação de prédios comerciais e residenciais onde hoje se encontram os estacionamentos, dando forma ao que tem-se indicado no próprio site Center Norte Inc. (Figura 14) como “o mais completo bairro de vida planejada do Brasil. Um lugar completo, com shoppings, centro de convenções e eventos, polo de saúde, polo de educação, entretenimento, hospitalidade e moradia”.

Figura 14: Imagem renderizada do projeto do bairro planejado “Cidade Center Norte”

Fonte: Center Norte Inc. Disponível em: <https://www.centernorteinc.com.br/>

Porém, os empreendimentos do grupo não param na Zona Norte de São Paulo, e nem mesmo nos limites do Estado, já que além desses empreendimentos imobiliários, podemos ver no próprio site do Grupo Baumgart a sua presença no município de Rio Verde em Goiás (Figura 15), participando do setor agropecuário com o nome de “Baumgart Fazendas Reunidas” na produção de soja numa extensa área de terra convertida da pastagem. Criam-se na propriedade também gados da raça Nelore, Angus e Brangus, considerados gados de corte de alto padrão.

Figura 15: Foto aérea do empreendimento Baumgart Fazendas Reunidas, em Rio Verde (GO).

Fonte: Google Maps, 2024

De acordo com o Linkedin (2024) da própria empresa, o grupo já se fazia presente na região em 1974, no município de Rio Verde, em áreas ainda maiores:

> A Fazendas Reunidas Baumgart foi fundada em Rio Verde em 1974, com uma área de 25.000 há. Fruto visionário da empreendedora família Baumgart em uma época em que poucos se arriscavam na região centro-oeste do Brasil, chegou a cultivar arroz e até 750 hectares de café. Atualmente tem como principais atividades a agricultura nas culturas de soja, milho, girassol e gergelim, pecuária com os ciclos de cria, recria, engorda e confinamento. (Linkedin, 2024)

Desse modo, vemos que a intensificação das formas e dos conteúdos presentes nos capitais advindos da produção no setor agroindustrial em Goiás, estão intimamente ligadas à produção imobiliária e extração da renda da terra no bairro, nos revelando os sentidos pelos quais passam os projetos de urbanização e para o contexto da região da Coroa e Carandiru. Na perspectiva de expandir os conteúdos referentes à renda da terra na cidade, cria-se um bairro planejado como produto imobiliário, perpetuando o espaço privado no contexto social urbano. Tem-se o fim da dicotomia entre campo-cidade representando ambos momentos na reprodução do capital para o aporte de investimentos

para a renda: o dinheiro que se mostrou ocioso na produção, seja na cidade, seja no campo, deve ser colocado à disposição do capital a fim de se ver integrado às dinâmicas de precificação e acumulação.

Tais formas e conteúdos dos projetos apreendidos pelo grupo Baumgart expressam sentidos que estão muito além da própria realidade cotidiana do bairro, mas que se configuram na própria realidade urbana e rural brasileira no processo de reprodução do capital na periferia do sistema, onde a renda da terra e a produção de soja são momentos de um invólucro que se reproduzem em escala global, determinando configurações sociais, econômicas e geográficas tão modernas quanto foi a produção do Complexo Penitenciário Carandiru para a coerção e contenção do trabalhador não absorvido.

Os processos de produção do espaço, para muito além de uma especificidade do grupo Baumgart, são eles próprios reflexos de uma cidade que centraliza nas suas dinâmicas não mais um setor produtivo de valor – como indústrias e fábricas ou muito menos os campos de produtos agrícolas, ambos em crise de produção de valor –, mas que agora centraliza, através da sua poderosa infraestrutura (redes de internet, infraestrutura de circulação, propriedade da terra, serviços modernos etc.), voluptuosos fluxos de dinheiro para os fundos imobiliários. É a financeirização da cidade que encontra na produção do espaço sua possibilidade de acumular mais dinheiro, dando forma à urbanização atual. Mas é também esse espaço o reflexo de uma sociedade que encontra na valorização, resultado do trabalho humano empenhado, o que parece ser sua crise, já que o preço reflete um valor que já não mais existe na sociedade, pois não há lastro no trabalho.

Desta forma, o passado e o presente do bairro expressam movimentos que serão explorados a partir da perspectiva crítica, na interpretação dos movimentos do dinheiro na busca por fixação dos excedentes produzidos, mas que também, ao fluir e se fixar, reproduzem a condição das desigualdades que participa tanto na divisão internacional do trabalho, quanto na produção de excedentes populacionais em relação à produção, ou seja, reproduz a crise do capital.

DA PONTE PARA CÁ: O ELEMENTO NACIONAL E O VADIO

O bairro está inserido na história, no espaço e nos processos de modernização nacional que os mobilizaram e direcionaram. O que podemos ver dele a respeito das continuidades e descontinuidades dos processos que se dão nos seus limites não podem ser nunca entendidos como movimentos específicos e especiais de um fragmento da totalidade, como se este fosse um lugar de escape da realidade social e das suas determinações.

Santos (2020), quando fala a respeito da totalidade, a descreve como potência de ser, cuja latência é dada pela disponibilidade e possibilidade de se tornarem realizadas geograficamente e historicamente: “É a ação que une o Universal e o Particular” (Santos, 2020, p. 124). No movimento de universalização, a particularidade nutre esta, ao mesmo tempo que é nutrida por esta última. Este é o processo que se realiza na modernização, das expansões das objetivações modernas na realidade até então não realizada, colocando tudo em relação.

Porém, esta expansão da totalidade que movimenta o particular não pode ser compreendida se não levarmos em consideração as objetivações e os processos dos movimentos que se realizaram durante a expansão do Estado no território recém-descoberto durante a República. É na sua jurisdição que o processo de modernização do território, após a independência em 1822, tomará o território como possibilidade produtiva, e seus portos, abertos em 1808 para as nações amigas, serão utilizados para o desenvolvimento do Estado nacional que vinha a surgir.

Para este desenvolvimento, um processo houvera que ser começado, continuado e ampliado: a acumulação primitiva tipicamente capitalista. Aqui, o termo trazido e criticado por Marx toma forma através dos processos que se dão durante a Colônia, o Império e a República, em que este último organiza e amplia através do Estado nacional o seu poder de expandir tais relações de produção através da expropriação da terra dos nativos (mão de obra até então utilizada nos aldeamentos), para que depois nestas terras se tenha a expansão do café e da mão de obra “livre”, formas exigidas para o desenvolvimento das forças produtivas no país.

Petrone (1995), ao falar da condição do indigena aldeado na sociedade colonial, nos dá luz nessa discussão ao trazer a importância do seu papel não só para o fortalecimento das vilas que dispunham desses aldeamentos, onde formavam a principal mão de obra construtora ou doméstica, mas que eram eles também o meio por onde a colônia se expandiria territorialmente e economicamente. Eram eles quem detinham o conhecimento a respeito da mata, com seus percursos e percalços, como as rotas para Minas Gerais e Serra do Mar, como também do que era próprio para o consumo das drogas do sertão; assim como compunham a mão de obra em todas as frentes em que se deram a expansão colonial: eram construtores, soldados, transportadores e “o mais frequente era a solicitação de mão de obra para atividades agrícolas” (Petrone, 1995, p. 216). A respeito deste último exemplo:

> Em 1660, por exemplo, os oficiais da Câmara mandaram afixar um quartel em **Guarulhos** exigindo que fossem recolhidos os indígenas, dado "que muitos deles andavam trabalhando por seu jornal em casa de alguns moradores"..., providência semelhante tendo sido tomada em 1680 para todas as Aldeias do Padroado, pois os indígenas estavam "em caza dos moradores trabalhandolhe em suas fazendas"... No século seguinte, a solicitação do trabalho indígena continuou, embora mais rigorosamente controlada em algumas fases. À guisa de exemplos, podem ser citados os doze indígenas de Barueri, Itapecerica, Embu e Carapicuíba, que em 1782 foram trabalhar na fazenda do Capitão-Mor Vicente da Costa Taques Góis e Aranha, em Itu, ou os dez indígenas de São Miguel, Escada, Barueri e Pinheiros, solicitados para a **Fazenda Santana** pelo tempo de dois meses, ou, ainda, os indígenas que em 1783 se revezavam em umas roças de Juqueri e aqueles que em 1782 foram solicitados em São José para trabalharem na fazenda do bacharel Antônio Caetano de Castro por um tempo que poderia ser de meses e até mesmo de anos. (Petrone, 1995, p. 216, grifo nosso)

Ou seja, a mão de obra indígena foi imprescindível para o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil e principalmente para a expansão das fazendas, forma própria da propriedade da terra daquele contexto, onde a região norte de São Paulo, incluindo Guarulhos, estiveram inseridas nesse processo.

Durante o Império, para que a acumulação primitiva se fizesse concreta e a propriedade da terra concretizada, contou-se com a promulgada Lei de Terras de 1850, que garantiu e organizou formalmente a propriedade privada, confinando a posse da terra

de trás das exigências do dinheiro, meio por onde os lotes deveriam ser adquiridos, ou seja, a formalização legal da expropriação da acumulação primitiva. Tal ação permitiu com que o meio de produção se tornasse inacessível diretamente às necessidades produtivas do homem, tendo que este, no Brasil, na posição de despossuído (no caso do imigrante) ou expropriado (no caso dos nativos), se enquadrar às demandas da sociedade que surgia através da venda da única mercadoria que lhes tinham posse: a força de trabalho. Desta forma, torna o acesso à terra uma forma de coerção do homem à sociedade moderna pautada na compra e venda da força de trabalho para a produção de mercadorias que vinha a se constituir.

Entre 1888 e 1925 a expansão do plantio do café no Estado de São Paulo cresceu quase seis vezes, “passando de 510 mil hectares para quase três milhões de hectares” (Martins, 2010, p. 118). Até então as atividades produtivas dentro das fazendas se diversificavam entre gêneros alimentícios e gêneros comerciais de exportação, o que possibilitou o abastecimento da própria fazenda, da família do colono e a venda dos excedentes nos mercados da região.

Como podemos ver com José de Souza Martins (2010, p. 128-129), a partir da expansão para o Oeste Paulista, “velho”, de 1880, e “novo”, de 1910, a produção dos meios de vida dentro dos limites das fazendas pelos colonos passou a ser deixada de lado para se voltar totalmente à produção cafeeira. Como o autor denuncia, muito disso teve a ver com o aumento do preço da terra nessas regiões mais ricas de expansão do café, tendo seu uso limitado à agricultura de exportação, deixando o plantio dos gêneros alimentícios para as terras mais pobres. Desta forma era necessário o colono imigrante trabalhar duas vezes mais para receber muito menos do que se recebia na cidade, além de colocar na esfera do trabalho o resto da sua família. Esse momento fez parte do processo de modernização do campo que fizeram a terra ter seu valor vinculado às mediações do dinheiro e da renda, como, nos termos de Seabra (1987, p.18) “fração da mais-valia geral da sociedade que se distribui em lucros, juros e renda”, necessária para a consolidação do trabalhador abstrato e de reprodução do capital no interior.

Neste contexto o uso da mão de obra “livre” imigrante se faz presente justamente por, além de ver descontinuadas as rotas comerciais que possibilitavam o mercado de escravos, o que os fizeram encarecer no mercado brasileiro, eram necessários enormes

contingentes de mão de obra para dar conta do ritmo de transformação social que ocorria. Neste sentido, antes mesmo da abolição da escravatura, muitos desses escravos foram deslocados do Nordeste, dos canaviais e açúcar, para produzir nas plantações de café do Sudeste. Porém, tais contingentes não supriam as necessidades que haviam surgido nos cafezais, como é sugerido por José de Souza Martins (1995, p. 146), gerando problemas de duas ordens: o problema da população, como problema da disponibilidade de força de trabalho para a grande fazenda, e o problema do trabalho, como problema das relações sociais de produção, da formação do trabalhador em contraponto ao cativo.

Sendo assim, promulgadas as leis Eusébio de Queirós em 1850 e Áurea em 1888, a mão de obra imigrante passou a ser demandada e incentivada pelo próprio Estado republicano, em meio aos processos de modernização e adequação da produção nacional que se consolidavam. Nesse contexto, a mão de obra imigrante tornou-se fundamental para atender às necessidades de uma economia em transformação.

De acordo com Gaudemar (1977), o valor, como equivalente da quantidade de trabalho necessário à produção da mercadoria, só pode ser produzido quando é precedida por uma outra mercadoria que, no consumo do seu valor de uso, têm capacidade de criar valor de troca: a força de trabalho, “mercadoria que tem virtude específica de transformar o dinheiro em capital” (Gaudemar, 1997, p. 189), cujo seu valor é diretamente relacionado à produção, no tempo necessário para se produzir.

Ainda com o autor, para que essa nova sociedade se reproduza, é necessário que o trabalhador seja “livre” em dois sentidos: um positivo, em que a mercadoria força de trabalho pertence particularmente ao homem, cabendo apenas à ele vendê-la; e um negativo, em que o trabalhador, na sua condição de despossuído de qualquer elemento para produzir sua vida, não tem outra alternativa se não vender a sua força de trabalho; “ou vende sua força de trabalho para viver, ou não vende e morre” (Gaudemar, 1977, p. 190). Tal liberdade, nesta sociedade, garantiria o desenvolvimento da produção mediante à submissão do trabalhador às forças produtivas daquele contexto, garantindo a mobilidade da sua utilização no processo de produção e da sua circulação no mercado de trabalho.

> A mobilidade da força de trabalho é assim uma “característica” do trabalhador submetido ao capital e por essa razão do modo de produção capitalista. Ela funda a

> condição de exercício da força de trabalho como mercadoria, distinguindo assim definitivamente o trabalhador “livre” do escravo “cuja capacidade de trabalho é estável e só se emprega de maneira tradicional e local, de uma vez por todas”. (Gaudemar, 1977, p. 192)

Temos assim, no Brasil, a formação de uma população despossuída e endividada (já que muitos não tinham dinheiro para pagar pela sua própria viagem até o país, subvencionados pelo governo de São Paulo, ou, numa outra situação, devia aos fazendeiros pelo consumo que tinha dentro das suas terras) sujeitadas, e legalmente obrigadas, a vender a sua força de trabalho e participar de forma dependente do processo produtivo que se formava em volta do café, na situação de colonos sujeitados às fazendas. Uma superpopulação artificial em relação à grande quantidade de terras que existiam nas fronteiras do café que ajudava a manter os imigrantes “dispostos a aceitar o mesmo trabalho que até então era feito pelo escravo”(Martins, 1995, p. 53). A figura do imigrante passa a ser a possibilidade de desenvolvimento das forças produtivas e de expansão das fronteiras do café, visto que se encaixam nas demandas por população e trabalho da sociedade capitalista que ali se amplia.

Com o desenvolvimento da propriedade e da produção do café, assim como das relações de trabalho representadas pela figura do imigrante, populações que antes estavam inseridas nas fazendas, residuais do sistema escravista, como indígenas aldeados, negros libertos e caipiras acabam por se tornarem marginais à sociedade moderna que vinha sendo produzida; uma enorme população de imigrantes já haviam preenchido com mão de obra as fronteiras da expansão do café nas fazendas. Podemos ver no texto da Maria Sylvia (1997, p 65) o exemplo do caipira, homem livre e pobre marginal na sociedade, se encontrava “na fímbria do sistema econômico organizado para a produção e comercialização do café”, serviços estes “residuais, que na maior parte não podiam ser realizados por escravos e não interessavam aos homens com patrimônio, que ofereceram as oportunidades ao trabalhador livre”, no caso do tropeiro, por exemplo, lidando geralmente com o transporte de bens e mercadorias, assim como a criação de animais soltos que eram vendidos na fazenda. Mesmo inseridos no dia a dia da fazenda e dos comércios locais, eram considerados marginais à produção e economia agroexportadora do café.

O elemento nacional livre, referido assim por Lúcio Kowarick (1994), o qual tinha participação acessória na sociedade do café, no final do século XVIII correspondia à metade dos 3 milhões de residentes brasileiros, todos “desclassificados” pois o sistema escravocrata, gerindo o monopólio das atividades e os recursos econômicos, “impediu o surgimento de alternativas que fixassem produtivamente essa crescente massa de desenraizados”.

> Tal era a situação dos negros libertos, brancos e índios, bem como dos grupos produzidos pela miscegenação dessas três raças, mulato, cafuzos e mamelucos. Boa parte vivia de rudimentar atividade de subsistência, não tendo, praticamente, nenhum contato com a produção agroexportadora. (…) havia mendigos, vagabundos, indivíduos que viviam da mão para a boca, sem local fixo de moradia, como os anteriores (caipiras dependentes da fazenda), não encontravam forma de inserção estável na rígida e excludente divisão de trabalho da ordem senhorial-escravocrata. (Kowarick, 1994, p. 27-28)

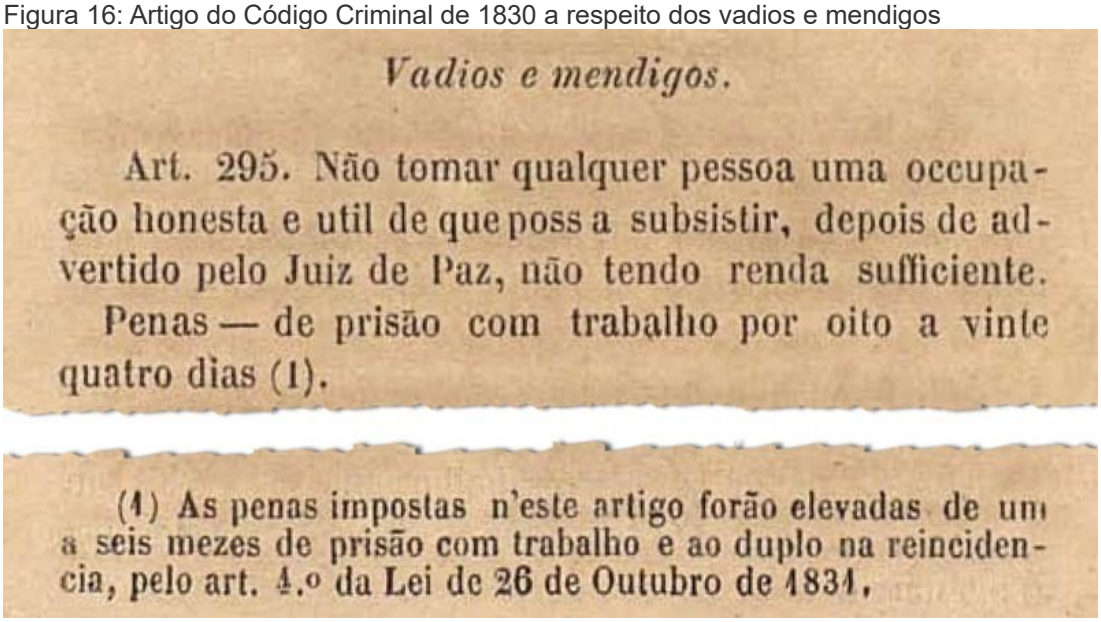
Kowarick (1994, p. 85) aponta também que após a libertação dos cativos em 1888, por falta de opções de trabalho, ex-escravos tiveram de voltar às plantações de café. Porém só foram requeridos nas terras antigas e decadentes do velho Oeste e do Vale do Paraíba, já que o novo Oeste, mais produtivo, absorveu toda a mão de obra imigrante, em que italianos, portugueses, espanhóis e japoneses, se apresentaram para a indústria cafeeira. O elemento nacional é mais uma vez posto à margem da vida econômica, agora mais densa com a presença em massa dos libertos.

Como mostra Kowarick (1994, p. 89-94), com o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da oferta de trabalho no campo, os preços da mão de obra no mercado de trabalho caem significativamente ao passo que a produção cresce cada vez mais. Para citar um exemplo, a remuneração que se ganhava da colheita de 50 litros de café em relação ao litro que se poderia comprar de arroz, em 1912, era menos da metade (0,8 litro de arroz) do que se poderia comprar em 1886 (2,2 litros de arroz). Posteriormente, se somará a tal evento a crise de 1929, que desestabilizou os níveis de consumo no mercado mundial, e como o café era o principal gênero exportado na economia brasileira, temos a situação da fuga da população rural e de capitais cafeeiros para a capital, impulsionando largamente a industrialização e urbanização da cidade.

No início do século XX podemos ver um grande êxodo rural se formar e mais uma vez o imigrante seria preferencialmente requerido, chegando a representar 92% dos trabalhadores na indústria, apesar de representarem, de acordo com Kowarick (1994, p. 92), 55% dos residentes da capital. Essa população de emigrantes do interior, somada à já populosa cidade – que na indústria fabril contava até então com o uso de trabalho infantil – passa a criar uma pressão nos salários e no próprio poder de luta da classe que surgia.

O elemento nacional do Estado de São Paulo, ao ser considerado como elemento não formalmente ou precariamente implementado no processo produtivo agroexportador e fabril, ou seja, marginais, passam a ser alvos do Estado. É importante lembrar que, tanto durante o Brasil Império (1822-1889), quanto a República Velha (1889-1930), no Código Criminal de 1830 e no Código Penal de 1890, respectivamente, a vadiagem, assim como a mendicância, ou seja, a não participação da esfera positiva do trabalho, foram considerados crimes cujas penas eram passíveis de reclusão e de trabalho forçado. Tal política só teria fim no Estado Novo, com o Código Penal de 1940. Um exemplo ainda desses tempos é o Art. 295 do Código Criminal do Império (Figura 16) criada para abranger essa população marginalizada.

Figura 16: Artigo do Código Criminal de 1830 a respeito dos vadios e mendigos



Vadios e mendigos.

Art. 295. Não tomar qualquer pessoa uma occupação honesta e util de que possa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda sufficiente.

Penas — de prisão com trabalho por oito a vinte quatro dias (1).

(1) As penas impostas n'este artigo forão elevadas de um a seis mezes de prisão com trabalho e ao duplo na reincidencia, pelo art. 4.º da Lei de 26 de Outubro de 1831.

Fonte: Agência do Senado, 2023. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/?view=article&id=7869:delito-de-vadiagem-e-sinal-de-racismo-dizem-especialistas&catid=602>

Sendo assim, de acordo com Kowarick (1994, p. 65) já que não se podia “apoiar-se na desacreditada mão de obra nacional”, esse excedente populacional, primeiro em relação ao cativeiro escravagista, depois ao colonato de imigrantes livres e aos serviços fabris na cidade, excluídos do processo produtivo, clandestinos e vulnerabilizados socialmente, passam a abarrotar os presídios, revelando o começo do processo de superlotação carcerária e do aumento da demanda por cada vez mais presídios. Era esse excedente uma superpopulação, não em níveis biológicos e reprodutivos, mas em relação à propriedade da terra, que fora cercada lá atrás pelo título de posse e pelo dinheiro na Lei de Terras de 1850, que garantiu não só o não acesso aos meios de produção, mas o não acesso também à esfera do trabalho.

O Estado moderno, garantidor e investidor da expansão das relações capitalistas, desde o começo, toma forma como garantidor da expansão do que há de mais violentamente moderno na reprodução capitalista. Anselmo Alfredo (2024), ao apontar a condição do indígena no contexto do café, isso é, entre 1850 e 1915, correlaciona a expansão dos territórios do café às intensivas expedições geográficas de reconhecimento do território, promulgadas e subsidiadas pelo Estado, que, na sua coalizão de forças com os fazendeiros proprietários, garantiu — além do subsídio para a vinda dos imigrantes para o Brasil — a eliminação dos entraves nacionais nas franjas da expansão das terras para o café no Oeste paulista, ou seja, a expropriação das terras e o morticínio indígena; “localizava-se no fulcro das tensões, onde o Estado, através de suas expedições atuava em prol das estruturas que o apoiava: a fazenda e o trabalho livre do imigrante” (Alfredo, 2024, p. 18).

O Estado brasileiro, seja no Império ou na República, existiu para garantir que o território, unificado pela violência, pudesse ser explorado sem grandes interrupções pelas suas elites, garantindo seu monopólio. Para isso exterminou, escravizou, expulsou, importou e precarizou até a última gota a sua população para que uma parte – constituída de imigrantes europeus – fosse coagida a ceder a sua mão de obra para o imperioso movimento econômico mundial, em prol do objetivo de transformar o Brasil numa parte desse grande maquinário industrial capitalista de exploração do homem e da terra. Como bem afirma Alfredo (2024, p. 3), o que temos aqui é a “agricultura latifundiária monocultora

do café - até 1929 - está sob a divisão internacional do trabalho e é modo da industrialização mundial, não falta dela". Ainda sobre a relação entre a garantia do monopólio da exploração e os movimentos de incorporação do território para os movimentos mundiais:

> Há contradição fundante (política, econômica e social) na periferia do sistema capitalista, dada sua condição agrária sob o império industrial mundial: a unidade territorial e espacial da incorporação dos momentos do capital como distintas formas de monopólios ou, juridicamente falando, diferentes formas de propriedade (Guilmore, 2024). Temos terra (originários), trabalho (cativo e imigrante) e capital (reposição ampliada do processo) - como poderes políticos e econômicos nacionais, concentrados em poder de grupos locais. (Alfredo, 2024, p. 4)

A inserção do Brasil como parte do maquinário mundial capitalista só se deu como tal, pois desde suas raízes foi palco para expansão dessas estruturas; a história nos mostra que extorquir a terra e matar seus filhos sempre fez parte das bases para a realização do mercado mundial e da produção de mercadorias, já que representavam entraves para essa expansão e sua fluidez. O desenvolvimento das forças produtivas e a modernização aparece no Terceiro Mundo como ruínas no horizonte, pura negatividade da reprodução contraditória do capital.

Neste contexto de desenvolvimento capitalista na periferia do sistema, o presídio torna-se útil para a manutenção da violência sistemática promovida pelo Estado moderno; é ele quem criará e tentará dar conta da população excedente produzida para o desenvolvimento produtivo capitalista, população essa que não está, e nem deve ser, colocada no processo produtivo pois se encontra excedente ao desenvolvimento das forças produtivas. Abarrotados em celas, esses excedentes inicialmente são capturados pelo Estado moderno a fim de os "corrigir" ao mercado de trabalho, mas que no limite da superlotação dos presídios, são executados como resistentes a participar de uma estrutura social que já não os aceita e nem precisa. São entraves, assim como foram os indígenas. Nessa perspectiva, a Casa de Detenção de São Paulo, Carandiru, foi moderna e coerente à violência da reprodução capitalista, assim como foi o seu massacre.

Na história de consolidação dos bairros Carandiru e Vila Guilherme, vemos ser referenciada sempre a preferência em se assentar as populações imigrantes - principalmente a portuguesa - pela capacidade de trabalhar, de vender seus esforços em

prol da construção do bairro, criando quase que uma mítica sobre esses trabalhadores de que seriam hábeis construtores e aptos ao trabalho por excelência, e por isso, terão acesso à terra. Enquanto as outras populações, aqueles que não foram absorvidos pela vida cotidiana do trabalho na cidade ou que vieram do êxodo rural já empobrecidos, essas serão jogadas à própria sorte ao mesmo tempo que serão rotuladas como preguiçosas, vadias; na Zona Norte, viverão amontoados no presídio e nas favelas, como as do Canindé e da Zaki Narchi.

Uma outra questão que também pode ser aberta sobre o presídio é formulada pela geógrafa Ruth Gilmore (2024), que, ao estudar o caso do incremento de presídios no estado da Califórnia, nos Estados Unidos, vê que este incremento está intimamente relacionado com as dimensões econômicas do capital na busca de reproduzir os excedentes financeiros, de terra, de trabalho e de capacidade estatal a fim de gerir a crise capitalista de superacumulação. Neste intuito, o Complexo Penitenciário Carandiru também se encaixaria como resposta à essas quatro formas de excedentes.

Com a intensificação da urbanização no centro da cidade durante o começo do século XX, a qual foi muito acelerada pela crise do café, trazida conjuntamente com a aceleração da circulação de mercadorias que se passava na região, seja através dos carros, trens ou dos bondes, a pressão para que os sítios e terras agrícolas que existiam nas regiões além Tietê participassem do processo foi intensa: já eram vistas como parte ociosa em relação ao dinamismo moderno da cidade que se expandia cada vez mais. Daí surge a necessidade de se capturar esse excedente de terra ociosa para a reprodução do capital. Tal necessidade será sanada, no contexto paulistano, justamente pela compra dessas terras por proprietários cujos excedentes críticos da produção de café e industrial — onde, Guilherme Praun, industrial que acumulou capitais com a torra de café a vapor e “criador” da Vila Guilherme, foi um deles — necessitavam se alocar espacialmente, fomentando a sua urbanização. A própria Casa de Detenção surge nesse contexto como possibilidade de acomodação espacial de capitais produtivos para a expansão da cidade, tendo o Estado encontrado na região próxima à Coroa a possibilidade de mobilizar tanto seus capitais na construção deste empreendimento, como de pontes, vias e estruturas municipais, quanto em de se absorver os excedentes do trabalho, aqueles que não seriam absorvidos e que vagavam como vagabundos na cidade.

As prisões, nesse sentido, seriam elas mesmas formas de manutenção das estruturas de realização da sociedade capitalista, garantindo sua reprodução nos moldes que forem, mesmo para se adequar ao subdesenvolvimento que impõe a divisão internacional do trabalho no Sul global:

> Essa linha de argumentação [do planejamento centralizado] transforma o pensamento sobre o local da prisão - enquanto um problema de localização - com a finalidade do desenvolvimento para pensar na prisão como um problema de desenvolvimento como um todo - ou talvez, mais precisamente, como um problema de antidesenvolvimento (cf. Ferguson, 1990). Certamente, uma rica literatura crítica dos pressupostos desenvolvimentistas nos países mais pobres do mundo chama a atenção para as maneiras pelas quais as formas e as relações particulares do desenvolvimentismo servem, deliberada ou involuntariamente (realmente, no final, faz pouca diferença), para promover o subdesenvolvimento das regiões. (Gilmore, 2024, p. 262)

DA PONTE PRA LÁ: A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E OS SEUS EXCEDENTES NO MERCADO DE TERRAS

Se pretendermos entender as determinações que moldaram a realidade do bairro, já de início não seria possível partirmos da própria realidade econômica nacional ou, muito menos, estadual e municipal, a fim de chegar nela mesma. A realidade nacional não pode correr o risco de se tornar tautológica tendo em vista que a própria história do Brasil é ela mesma, por exemplo, formada por centenas de anos de processos e determinações em volta de uma produção agroexportadora – de cana durante o século XVI e XVIII, de café durante os séculos XIX e XX, e da produção de soja a partir do século XX e que se perpetua até os dias de hoje – de produtos exóticos à biodiversidade americana. Por que vieram parar aqui? Como e para onde circulavam? Quanto ao enorme contingente de imigrantes que foram trazidos no século XIX e XX? O fato é que esta realidade foi construída; e se foi, há motivos além-mar para que tenha sido. O bairro é parte desta história e pensá-lo é pensar também o seu todo, e vice-versa.

Sendo assim, pensando o Brasil e a sua posição no mundo, Caio Prado Jr. (1995) aponta que, para se entender a realidade brasileira é necessário entender os diversos acontecimentos que parecem confusos e incompreensíveis na história brasileira, é necessário entender por qual “sentido” se move a história; esta, porém, só se revela com o entendimento desses fenômenos numa linha mestra condutora que coloca todos esses fenômenos em relação.

O caso brasileiro se encontra aqui: onde toda sua história é determinada a partir do momento em que as atividades colonizadoras e empresas metropolitanas deixaram o continente europeu e passaram a atravessar os mares em busca de expandir seus mercados. Porém, muito longe da explicação fatalista do ato de se descobrir, que a quase naturaliza como uma necessidade histórica, Caio Prado Jr. (1995, p. 16.) nos convida a entender a colonização e os descobrimentos pelo que se é de fato: “um capítulo da história do comércio europeu”.

Sendo assim, para que o empreendimento europeu - no caso brasileiro o português - dê certo, ou seja, gere mercadorias para abastecer o seu mercado de consumo, é

necessário povoar e produzir produtos coerentes às exigências desses mercados. Desta forma é mobilizada toda a estrutura colonial a fim de garantir estes elementos em seu monopólio: o cultivo de sementes exóticas no território, o uso de mão de obra nativa aldeada, a importação da mão de obra africana e depois européia, o desmembramento dos territórios indígenas em sesmarias e depois em fazendas etc. Está aí justificado o sentido que toma todo o "Terceiro Mundo": a produção de gêneros de valor comercial em proveito do mercado europeu. Como denuncia o autor:

> Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. [...] Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. (Prado Jr., 1995, p. 25-26)

Sendo assim, o Brasil segue tendências econômicas que ele próprio não criou, mas que agora faz parte das suas objetivações e conduz todos os momentos da produção de mercadorias e das relações de trabalho. É a aplicação e desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas que se dão mundialmente conhecidas hoje.

Com os séculos que se deram o feudalismo e o mercantilismo na Europa, houve um intenso processo de acumulação primitiva de capitais a partir dos seus próprios territórios europeus. Porém, para que haja definitivamente a intensificação produtiva, não só a acumulação, criam-se necessidades de se buscar outros horizontes para a seu fortalecimento e expansão. Como aponta Ernest Mandel (1982) ao falar das condições de consolidação do capitalismo no mundo, dois fatores são necessários para que essa penetração se consolide: um modo de produção competitivo, com preço de custo inferior aos da produção simples, e ter disponível para si um capital excedente, já que será ele que, quando investido, reproduzirá uma maior taxa de lucro em termos comparativos, possibilitando a expansão capitalista. Nasce a necessidade de um sistema de relações de produção e de troca em escala global, um mercado mundial. Como o próprio autor denuncia:

> Em cada país ou em escala internacional, o capital exerce pressão para fora, a partir do centro - em outras palavras, seus lugares históricos de origem - para a periferia. Ele tenta continuamente estender-se a novos domínios, converter setores de reprodução simples de mercadorias em novas esferas da produção capitalista de mercadorias, suplantar, pela produção de mercadorias, os setores que até então só produziram valores de uso. (Mandel, 1982, p. 31)

Neste cenário de procura de terrenos férteis aos investimentos, somado à competitividade entre os mercados metropolitanos que se industrializavam, as colônias, periferias do sistema, aparecem como lugares promissores para tal, já que nelas as barreiras nativas e tradicionais à produção estavam sendo eliminadas, cabendo às potências da época apenas a disponibilidade de capitais e os investimentos em meios de comunicação e transporte para a dominação dessas regiões. A respeito desse último elemento, é neste contexto que surgirão os investimentos para a construção da São Paulo Railway em 1867, empreendimento ferroviário inglês que seria fundamental ao escoamento dos produtos – principalmente o café – de Jundiaí até o porto de Santos e que viabilizou a expansão urbana por onde passou.

Porém, com a entrada de investimentos produtivos nos territórios coloniais para a produção industrial nas metrópoles, os resultados da acumulação primitiva desses países passarão a ser escoados para o centro do sistema; isso só se torna possível graças às grandes reservas de terra e de trabalho barato que jogariam os preços dos produtos para baixo e os industriais para cima, devido à baixa composição orgânica de capitais ali (maquinário e mão de obra assalariada):

> A troca de mercadorias produzidas em condições de mais alta produtividade do trabalho por mercadorias produzidas em condições de mais baixa produtividade do trabalho era uma troca desigual; era uma troca de menos trabalho por mais trabalho, que inevitavelmente conduziu a um escoamento, a um fluxo para fora de valor e capital desses países, em beneficio da Europa ocidental. A existência de grandes reservas de trabalho barato e terra nesses países logicamente resultou numa acumulação de capital com uma composição orgânica de capital mais baixa do que nos primeiros países a se industrializarem. (Mandel, 1982, p. 35)

Na era do imperialismo, imersos numa relação de troca desigual em que todo valor produzido em matérias primas era escoado para a produção industrial no mundo desenvolvido, os países do Terceiro Mundo – agora ex colônias que passaram pela

formação do Estado nacional e que organizaram-se as estruturas internas para a penetração do capitalismo moderno – passaram a atender na escala produtiva de forma específica o papel de fornecedores de matéria-prima a fim de tornar lucrativa as exportações de capital feitas pelos países desenvolvidos, para que estes continuem competitivos no mercado financeiro e industrial. Os países Terceiro-mundistas, “semicoloniais”, dessa forma, são sufocados pelo próprio mercado que participam, com mercadorias de pouca composição orgânica de capitais de setores pouco avançados e muito frágeis, como a produção, extração e venda de recursos naturais – os gêneros agrícolas e minerais – de baixo valor agregado. Temos o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (Mandel, 1982, p. 36).

Estagnados na relação de dependência que as regiões desenvolvidas nutriram com o subdesenvolvimento do Terceiro Mundo, visto como complementar e produtor de matérias-primas de baixo valor agregado, os países desenvolvidos também se tornam dependentes da produtividade abundante desses países pois, caso contrário, o valor dos produtos primários não acompanhariam as reduções das partes representadas pela depreciação da maquinaria e pelo trabalho acrescentado nas mercadorias industriais do Primeiro Mundo, promovendo um desbalanço no nível de competitividade internacional. Temos assim, como aponta o autor, a “penetração em massa do capital na produção de matérias-primas”, tornando possível a “interrupção radical, após 1873, da prolongada tendência ao aumento dos preços desses materiais” (Mandel, 1982, p. 41). Ou seja, o ajuste na balança comercial para perpetuação da exploração.

Num país como o Brasil, que passou por ondas imigratórias intensas de europeus livres durante o século XIX e XX, e que portanto havia grande contingente de força de trabalho à baixos preços em busca de trabalho, significou, num primeiro momento, uma não exigência de capitais fixos na organização produtiva para que se tornasse produtivo e competitivo os produtos do trabalho. Entretanto, entrados e terminados os períodos de Guerra Mundial em meados do século XX, numa fase descrita pelo autor como do “capitalismo tardio”, com a alta demanda por matérias-primas, os preços desses produtos voltam a aumentar consideravelmente e encontram naquelas formas anteriores de trabalho, dependentes de grandes contingentes de mão de obra barata, um obstáculo à expansão posterior do capital produtivo. Sendo assim, há uma pressão para que se

industrialize a produção de matérias-primas em todo o mundo, a fim de dar conta, a preços sóbrios, do ritmo de crescimento dos países industrializados.

Afinal, de acordo com o autor, podemos observar, na própria alteração dos tipos de produtos exportados pelos países imperialistas, as tendências a essa nova divisão do trabalho. Enquanto eram exportados bens de consumo, carvão e aço, após os períodos das Guerras Mundiais, esses países passaram a exportar máquinas, veículos e bens de capital. Cria-se assim nesses grupos um interesse em industrializar o Terceiro Mundo, mas não para os desenvolver ao nível dos países centrais, mas a fim de expandir a participação dos seus produtos industriais e acessar novos níveis de acumulação de capital através do “reinvestimento de lucros ali realizados, da dominação crescente do mercado local de capital e da absorção cada vez maior do capital agrícola excedente, gerado nos próprios países subdesenvolvidos” (Mandel, 1982, p. 43-44). Desenvolve-se os níveis e os conteúdos da exploração, que agora contam com a alta mecanização do campo e que dispensam o trabalho humano na produção.

Porém, a grande perversidade está no fato de que, apesar de ser altamente lucrativo para os capitais que aqui se estabelecem, a presença deles não pode desestabilizar os fatores competitivos de reprodução de capital no Terceiro Mundo. Isso quer dizer que os capitais adquiridos não são utilizados para a ampliação dos salários ou da complexificação produtiva: são reinvestidos no mesmo setor produtivo, aprofundando as condições de reprodução do subdesenvolvimento, aumentando a exploração nos campos, mantendo baixo os salários e reduzida a necessidade de operários e agricultores. Escoa-se todo valor produzido para os países centrais, enquanto aqui se acumula desempregados e subempregados, o “círculo vicioso do subdesenvolvimento” (Mandel, 1982, p. 45) que tanto agrava nossa dependência dessa troca desigual.

O século XX aparece então, no capitalismo tardio, como resultado do que o capitalismo sempre foi: a busca do dinheiro em se tornar capital, ou seja, de, através da sua circulação produtiva, se valorizar, de tornar o que é excedente em novos investimentos, e que agora se explora a dependência das estruturas de produção e desenvolvimento capitalista das economias do Sul Global, desenvolvidas durante séculos de colonialismo e agora no semicolonialismo, para se fazer a manutenção das relações

desiguais de valorização a fim de se manter elevadas as taxas de lucro no centro do sistema; não que se consiga, mas é a sua tendência.

No Brasil de hoje – assim como dos seus fragmentos estaduais e municipais – cujo papel na divisão internacional do trabalho é, como sempre foi, de acompanhar as exigências do capital industrial e financeiro internacional com a produção de elevadas quantidades de produtos agrícolas e de uma população cada vez mais residual nas relações de produção, o qual nada se apropriam dos excedentes produzidos. Esses excedentes de capitais, muito pelo contrário, como já foi dito, são reinvestidos para aprofundar processos que já estão postos, como o desenvolvimento da renda sobre a terra e da produção agrícola capitalista através da incorporação do capital à terra.

A renda da terra, lugar para onde vão os capitais na busca de mais dinheiro, como é apontado por Marx (2017, p. 596), é “mais-valor, produto de mais-trabalho”, e sendo assim, corresponde de forma direta à um equivalente geral da produção e do trabalho socialmente produzido. Seu valor é a de nela existir a condição de existência do homem e da sua reprodução. Sua valorização se dá pela incorporação do trabalho, na capacidade dos homens de exercerem o trabalho e de produzir mais-valor em sociedade; e o titular, por obter o direito de propriedade, cobra tributos sobre aqueles que não a possuem, “em troca do direito de habitar a Terra” (Marx, 2017, p. 728). Temos na propriedade da terra e na necessidade do homem de existir espacialmente a possibilidade de se garantir uma porção de mais-valia extra do trabalho realizado socialmente:

> O nível da renda do solo (e, com ela, do valor do solo) se desenvolve no curso do desenvolvimento social como resultado do trabalho social total.[...] A renda só pode se desenvolver como renda monetária sobre a base da **produção de mercadorias** — mais precisamente, na produção capitalista — e se desenvolve na mesma medida em que a produção agrícola se converte em produção de mercadorias, isto é, em que a produção não agrícola se desenvolve independentemente da produção agrícola, pois nessa mesma proporção o produto agrícola se converte em mercadoria, valor de troca e valor. A produção de mais-valor e mais-produto se dá na mesma medida em que, com a produção capitalista, desenvolvem-se a produção de mercadorias e, por conseguinte, a produção de valor. Mas, na mesma proporção em que se desenvolve esta última, há a capacidade da propriedade fundiária de **capturar uma parte crescente desse mais-valor por meio de seu**

> **monopólio da terra** e, assim, incrementar o valor de sua renda e o próprio preço da terra. (Marx, 2017, p. 598-599, grifo nosso)

Sabendo disso, no campo e na cidade, capitais excedentes são postos em movimento sempre com o mesmo objetivo: transformar o dinheiro que foi investido em mais dinheiro, seja na forma do lucro, do juros ou da renda. Durante os anos de expansão urbana em São Paulo, muito dos capitais excedentes cafeeiros, com o advento da crise do café em meados dos anos 30, serviram para expandir o processo de urbanização inerente a todas essas formas de acumulação de valor socialmente produzido. A cidade, intensiva em circulação, produção e consumo, assim como goza da concentração material de aparatos técnicos de circulação e informação, apresenta a possibilidade, através de aplicação dos excedentes, de expandir esses capitais, adquirindo fatias maiores de dinheiro através da renda. Neste ponto, Odette Seabra (1987) nos elucida:

> A substância material da riqueza era o café. Contudo esboçava-se já uma grande crise de oferta de produto, ao final do século passado. De imediato a terra parece ter sido o abrigo de muitos capitais, resultando em alta do seu preço. (Seabra, 1987, p. 53)

E em Marx (2017), a respeito da renda da terra:

> Onde quer que haja renda, a renda diferencial se apresenta por toda parte e obedece sempre às mesmas leis que a renda diferencial agrícola. Onde quer que forças naturais possam ser monopolizadas e proporcionem um lucro extra ao industrial que as explora, seja uma queda-d'água, uma mina rica, águas com abundância de peixes, seja um terreno para construção bem localizado, a pessoa cujo título sobre uma parte do globo terrestre a caracteriza como proprietária desses objetos naturais subtrai esse lucro extra, na forma de renda, ao capital em funcionamento.(Marx, 2017, p. 728)

Sendo assim, quando paramos para correlacionar com o que se acontece no bairro, vemos que ele mesmo é produto desse processo de aplicação da riqueza socialmente produzida ao projeto de expansão e especulação urbana. Nesta ótica, junto à especulação da terra na cidade decorrente da expansão do perímetro capitalizável nas várzeas do rio Tietê e nos sítios de Santana, já esboçados anteriormente, parece se encaixar aqui também, como forma contínua desse processo, as investidas de megaprojetos como o "Cidade Center Norte" no mercado de extração de renda.

No caso do Shopping Center Norte, por muito tempo foi considerado um dos maiores de São Paulo, possuindo nos seus limites 200.000 m² de estacionamento, dos quais serviram ao propósito de extrair a renda dos usuários do shopping e dos comércios das redondezas que necessitavam estacionar seus carros. Mas também, como mostra o trabalho realizado pelas pesquisadoras Ana Akaishi e Ana Flávia Silveira (2019, p. 24) a respeito de estacionamentos situados na região do centro de São Paulo, como tais terrenos são mantidos na função de estacionamentos justamente como “reserva de valor de seus proprietários, que tem como atividade principal a atividade imobiliária”, isso “até o terreno ser utilizado para a construção de um empreendimento”, garantindo a função social do imóvel de forma barata, rendosa e em grande escala.

Portanto, tem-se que empreendimentos imobiliários como a “Cidade Center Norte” possibilitam a expansão da renda da terra a partir da disponibilidade legal dos seus estacionamentos ao mesmo tempo que, neste caso em colaboração ao Grupo Baumgart, injetam capitais excedentes industriais e agrícolas — como os da Vedacit e da Baumgart Fazendas Reunidas — a fim de mobilizar o mercado de terras para extração de dinheiro na cidade. Vê-se então um processo que só se realiza quando se encontra com a produção de capitais excedentes a partir da reprodução do papel brasileiro nas relações sociais de produção na divisão internacional do trabalho: a produção e a venda de produtos agropecuários no mercado internacional.

A GRANDE PONTE: INTERPRETAÇÃO DOS PROCESSOS QUE UNEM OS MOMENTOS DA HISTÓRIA DO BAIRRO CARANDIRU

Os movimentos que vimos, se estão relacionados como se pretende demonstrar, só o estão devido ao papel do Estado e dos setores privados na construção de uma realidade nacional que se conforma e se molda totalmente às exigências da reprodução do capital em escala ampliada. Estas duas forças, que aqui podem ser representadas pelos exemplos das figuras históricas da elite cafeeira e o Estado republicano, ou, mais recentemente, o setor agropecuarista e a criação da Embrapa — para a confecção de grãos competitivos no mercado de commodities — pelos militares em 1973, sempre convergiram a fim de direcionar a realidade brasileira no sentido do capitalismo internacional e do papel que se foi e se tem interpretado na divisão internacional do trabalho: exportador de matéria prima e lugar da absorção de capitais excedentes. Esse é o modelo que tem estado por trás do capitalismo na periferia.

Aqui o Estado moderno, como supõe o filósofo Robert Kurz (1992, p. 44), toma forma de “parteira do sistema produtor de mercadorias”, ao mesmo tempo que é ele também “componente imanente deste último”, fazendo com que a relação entre ambas seja, apesar de contraditórias — entre estatismo e monetarismo —, complementares:

> Estado e mercado condicionam-se mutuamente, não como complementação idealmente equilibrável de elementos sociais civilizatórios, mas sim como institucionalização de um antagonismo violento, hostil até o ponto de aniquilar o adversário e provocar catástrofes. [...] Do ponto de vista institucional ele (o Estado) serve, por um lado, para assegurar as condições que apoiam o capitalismo, e por outro lado é promovido instância reguladora que interfere ativamente no processo de reprodução do trabalho morto, tão logo os setores “improdutivos” da infra-estrutura (ciências, tratamento dos detritos, assistência social e de saúde, educação, reparo dos processos de destruição social-ecológicos etc.) começam a sufocar a estrutura de automovimento do dinheiro. (Kurz, 1992, p. 43-44)

Desta forma, não há como desvencilhar do capital o papel das instituições sociais Estado e mercado, já que um necessita do outro para garantir o desenvolvimento pleno da forma produtiva existente em determinado lugar. Desta relação se desdobram, no Brasil e na periferia do sistema, formas de acumulação distintas no campo e na cidade,

mas que ainda parecem encontrar a mesma finalidade: de se tentar desenvolver, no nível da aparência, a extração de mais-valia e de renda da terra, já que nada coloca seu capital na reprodução das relações sociais de produção, donde o valor seria produto, mas sim colocando estes lugares disponíveis à permeabilidade da circulação de capitais globais financeirizados na forma de créditos, dinheiro. É o automovimento do dinheiro que já não se valoriza mais.

Com o advento da industrialização no início do século XX, muito impulsionada pelos capitais excedentes estrangeiros e cafeeiros, as cidades, através do planejamento estatal, passam a sofrer um intenso processo de urbanização o qual colocará cada fragmento do espaço em sintonia com os diversos capitais excedentes dispostos no planeta, simultâneamente. Desse processo de expansão do mundo da mercadoria, há a superação da dicotomia campo-cidade como lugares autônomos da produção social, e o surgimento da contradição entre centro-periferia. Desta forma, tanto o campo quanto a cidade passam a ser produtos que se relacionam com o mesmo objetivo de alimentar o centro do sistema capitalista – com matérias-primas e espaço de absorção de dinheiro – que os alimenta de volta – com créditos, capitais excedentes produtivos –, retroalimentando o seu papel na divisão internacional do trabalho. Para que o processo de homogeneização do espaço para o capital ocorra, como aponta Ana Fani (2007), há de se persistir

> a propriedade privada da terra/solo (urbano) ou da terra (no campo), que delimita, orienta e condiciona a vida privada, produzindo o espaço da segregação. O espaço tornado mercadoria pela generalização do processo produtivo permite a extensão da propriedade privada, englobando espaços urbanos e rurais em uma nova articulação que, ao se desenvolver, desloca a contradição cidade/campo e propõe uma nova contradição: centro/periferia (Carlos, 2007, p. 106)

Homogeneizado o espaço para a permeabilidade dos capitais, outro elemento que surge com o advento da industrialização é a possibilidade de se depositarem os excedentes produtivos a fim de acumular mais-dinheiro, transformando a cidade um meio para a acumulação através dos produtos imobiliários. Neste intuito, Ana Fani (2020), ao nos apresentar o pensamento de Lefebvre, nos confirma o processo que muito se tem discutido a respeito da finalidade dos capitais excedentes na cidade:

> Essa proposta do autor ganha atualidade explicativa no século XXI aonde a cidade se transforma em mercadoria escancarando o processo contraditório da produção do espaço tornado valor de troca como momento importante do processo de valorização do capital. É aqui que o espaço aparece como segundo setor da economia. (Carlos, 2020, p. 352)

Fani (2020), citando Lefebvre:

> O imobiliário, como se diz desempenha o papel de segundo setor, de um circuito paralelo ao da produção industrial voltada para o mercado de bens não duráveis ou menos duráveis que os imóveis. Esse segundo setor absorve os choques. Em caso de depressão para ele afluem os capitais (...). Enquanto uma parte da mais valia global formada e realizada na indústria decresce, aumenta a parte de mais valia formada e realizada na especulação e pela construção imobiliária. O segundo setor suplanta o principal. (Lefebvre, 1970, p. 211-212 apud Carlos, 2020, p. 352-353)

Ou seja, enquanto a cidade se expande de forma planejada — e a faz por meio daqueles atores já citados — ela tendencialmente reproduz as condições para a expansão das suas determinações como produtora e incorporadora de propriedade da terra. A produção do espaço, desta forma, através dos bens imobiliários, passaria a ser um setor da economia. E faz isso pois a cidade em si é também meio de propagação das relações de produção que acontecem no campo, na própria cidade, na periferia e no centro do sistema capitalista; o dinheiro depositado nela, proveniente da produção, irá buscar, de acordo com o autor, se valorizar, tomando materialidade através das suas reinvidicações no espaço.

Em *Globalization and the "Spatial Fix"*, David Harvey (2001) observa como o capital tem lidado com os seus excedentes. Na procura de transformar dinheiro excedente, provenientes da superacumulação, em mais dinheiro através da aplicação de capitais fixos (estruturas imóveis), o capital "corrige o espaço" a fim de superar seus entraves e garantir a fluidez espacial dos seus investimentos, se utilizando de um constante movimento de destruição e desvalorização, seguida da construção e a abertura para uma nova acumulação. Ainda:

> The "spatial fix" (in the sense of geographical expansion to resolve problems of overaccumulation) is in part achieved through fixing investments spatially, embedding them in the land, to create an entirely new landscape (of airports and of

> cities, for example) for capital accumulation. [...] On the immobile front, the infrastructures of urbanization are crucial, both as foci of investment to absorb surpluses of capital and labor (providing localized/regional forms of the “spatial fix” as through the dynamics of suburbanization or the building of airport complexes) and as the necessary fixed capital of an immobile sort to facilitate spatial movement and the temporal dynamics of continued capital accumulation. (Harvey, 2001, p. 28)

Neste intuito, as transformações que se deram e se dão no bairro do Carandiru podem ser lidas como fazendo parte desse movimento do capital de, na tentativa de lidar com a crise de superacumulação para evitar a desvalorização dos seus empreendimentos, faz necessário destruir as formas anteriores a fim de melhor alocar esses capitais excedentes de uma forma que produza mais-valor a fim de dar conta da queda tendencial da taxa de lucro. Mas, como também argumenta o autor (Harvey, 2001), não faz isso sem que haja, além do desenvolvimento técnico, expansão para novos mercados, novos recursos, novos trabalhos e novas formas de investir.

Está aí a realidade por qual passou a várzea do Tietê, no processo de integração dos seus meandros ao resto da cidade — através do aterramento, loteamento e da construção — e de urbanização das suas chácaras através do capital cafeeiro, como também é a realidade por qual vem passando agora o Grupo Baumgart, cujos capitais presentes tanto na indústria de impermeabilizantes, quanto na agroindústria, encontram nos estacionamentos uma nova possibilidade de rearranjar seus capitais a fim de expandir essa massa, ao mesmo tempo que tenta evitar sua desvalorização, a fixando dentro dos preços dos imóveis.

Porém, numa realidade que se vai construindo voltada à lógica do capital, ou seja, se construindo para logo após se destruir aos impulsos da valorização do dinheiro investido, como mostra Harvey (2001), numa tentativa de sempre acumular mais mais-valia para logo depois se reinvestir para reproduzir o ciclo de acumulação e fugir da sua pressão por desvalorização, algumas questões são deixadas de lado: muito pouco se fala da classe trabalhadora e da crise por ela enfrentada. Num cenário onde se produz pelos impulsos do “automovimento dinheiro” (Kurz, 1992, p. 27) e da concorrência, é relegado ao trabalhador, fonte do valor das mercadorias que transforma valor de uso em valor de troca, o papel de ser trabalho abstrato – aquele que produz a mercadoria para a acumulação de capital – dentro dos limites concorrenciais do mercado de trabalho. Com o

advento do desenvolvimento técnico e científico da produção no que tange a atuação dos países nos papéis impostos na divisão internacional do trabalho, Kurz (1992) traz o ponto de que o trabalho produtivo, frente a esse desenvolvimento das forças produtivas, estaria se tornando concorrencialmente obsoleto, já que não dispõe da mesma intensidade produtiva e competitividade do que os modernos maquinários, ligando este fato à crise do próprio sistema capitalista e do trabalho abstrato como substância do valor no capital:

> Em outras palavras: a abolição do trabalho, no invólucro do sistema produtor de mercadorias, não nasce como pura alegria e felicidade, mas somente em forma negativa, como crise, e finalmente como crise absoluta da reprodução realizada dessa forma. [...] A sociedade capitalista está se aproximando assim de sua prova de resistência e sua ruptura, pois tem que chegar a um ponto (que aos contemporâneos possa talvez parecer uma linha) em que suprimir o trabalho abstrato em sua aptidão de ser a substância social do valor econômico. Mas por outro lado quer conservar à força o invólucro formal dessa forma-valor, manter seus frutos (salário, preço e lucro), apesar de estes terem perdido a substância. (Kurz, 1992, p. 81)

Como é dito acima, apesar da crise da categoria trabalho e imanente do próprio sistema em vigor, ainda pretende-se conservar sua formalidade e sua estrutura. Essa contradição entre pressão formal dos preços e dos salários de um lado, e obsolescência da figura do trabalhador abstrato do outro, nos dá margem para entender o “vagabundo” como aquele que não é absorvido no processo produtivo pois não dispõe de valor competitivo para o mercado. Hoje, com o desenvolvimento dessas forças produtivas que perpetuaram toda a história nacional nos mais diversos níveis (federal, estadual, distrital e bairro), são sujeitos todos os indivíduos a nem sequer comporem o exército industrial de reserva, já que o trabalho tem se tornado cada vez mais obsoleto. Marx (2013, p. 858) já dizia que com a acumulação produzida pela população trabalhadora produz seus próprios “meios que a tornam relativamente supranumerária”. Está o presídio como prova.

Somado a essa questão, temos também, como é proposto por Alfredo (2010), a perspectiva de que, ao contrário do que Harvey e Lefebvre discutem aqui, a produção imobiliária – o segundo setor – não garante ao capital o emprego do trabalho humano no setor produtivo – ou seja, como relação social de produção – e por isso não podemos falar uma valorização do espaço ou produção de mais-valor da venda desses imóveis; são preços, representações abstratas que se dão na ausência do valor, numa sociedade

que já não depende do trabalho – abstrato, produtivo –, que produzem essa percepção fetichizada de um espaço no qual, na sua produção e reprodução, poderia dar conta da crise capitalista de produção de valor pelo trabalho, e, consequentemente, da redução das taxas de lucro.

Nesta sociedade financeirizada que nos encontramos, que surge a partir dos anos 70 com a crise de superprodução proveniente dos capitais automobilísticos e a necessidade de se absorver esses excedentes, tem-se a ascensão do empreendimento imobiliário como forma de colocar o dinheiro em circulação, não para valorizar, mas para circular e tornar concreto o que antes era apenas excedente financeiro, fictício, que não participa da produção.

> Neste sentido, há uma ascensão mundial do setor imobiliário na medida em que o capital excedente derivado de sua alta produtividade não encontra parâmetros remunerativos em seu investimento propriamente produtivo, ou naquilo que a economia política chama de capital real. O setor imobiliário é especulativo não necessariamente por que visa, na ascensão do preço do imóvel, a uma valorização, mas porque a sua forma de operacionalizar permite uma circulação do capital financeiro. […] A circulação do capital fictício pôs-se uma autolimitação lógica, revelando que a expansão do setor imobiliário não é a fronteira salvadora dos capi tais ociosos, visto que não se baseia numa valorização do espaço, tornando, aliás, tal catego ria um fetichismo em relação à forma crítica pela qual se dá a reprodução das relações sociais de produção. (Alfredo, 2010, p. 51-52)

Temos, assim, um bairro que reflete algumas tendências da crise desta sociedade: uma realidade totalmente paralisada em relação à possibilidade de transformação de trabalho vivo em valor, cuja função do bairro foi planejada, por um lado, para absorver dentro do Complexo Penitenciário Carandriu a população expropriada, vulnerabilizada e excedente, os “vagabundos”; por outro, de expandir a propriedade da terra e nela absorver os excedentes financeiros, industriais e agropecuários, como foi a várzea do Tietê e como é a “Cidade Center Norte”. À população vulnerável que vive e resiste ao descaso que o próprio movimento do capital impõe no bairro, transformado em lugar de megaprojetos imobiliários, como ocorre com os moradores do Cingapura Zaki Narchi e dos restos do que já foi uma favela, é relegada a necessidade de se organizar, através da autoconstrução, para saciar as suas exigências pelo direito de viver neste canto da

cidade, já que sua existência aqui, até então, foi abalada por descaso, despejos e incêndios. Se não servem para o capital, não servem para essa sociedade também.

Nesta lógica, o conteúdo e a memória do presídio, da várzea e das favelas que aqui existiam, assim como as carências da população que ainda persiste em contradição com os empreendimentos que mobilizam grandes volumes de capitais, são apagadas em prol da expansão da possibilidade de capitalização através do empreendimento imobiliário. É a urbanização revelando a crise sistêmica capitalista, encontrando na negação do trabalho e na impossibilidade do consumo as suas bases. Como é revelado por Marx (2017):

> Nessas condições (de existência hipotética apenas de capitalistas industriais e trabalhadores assalariados), uma crise só seria explicável por uma desproporção entre os diversos ramos da produção e por uma desproporção entre o consumo dos próprios capitalistas e sua acumulação. Porém, tal como as coisas se apresentam na realidade, a reposição dos capitais investidos na produção depende, em grande parte, da capacidade de consumo das classes não produtivas, ao passo que a capacidade de consumo dos trabalhadores está limitada, em parte, pelas leis salariais e, em parte, pela circunstância de que essas leis só se aplicam se for em benefício da classe capitalista. A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas em contraste com o ímpeto da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se estas tivessem seu limite apenas na capacidade absoluta de consumo da sociedade. (Marx, 2017, p. 463)

CONCLUSÃO

Como se pretendeu mostrar, os processos que se dão no bairro do Carandiru, longe de serem momentos únicos e desconexos da realidade global, ou de terminarem na sua própria realidade, como uma espécie de explicação tautológica superficial daquelas que se encontra nos noticiários, reiteram processos de acumulação do capital que se perpetuaram durante toda a formação do Estado de São Paulo, permeado por momentos da consolidação do capitalismo brasileiro.

O fragmento bairro se torna vital para o desenvolvimento urbano da cidade; num primeiro momento, é lugar da produção agrícola sitiante, da extração de areia e pedregulho para a expansão das infraestruturas urbanas, assim como ponto de parada da moderna Tramway Cantareira; depois, com a galopante urbanização sobre as terras ociosas da Zona Norte, somada à retificação do rio, há a intensificação dos loteamentos dessas terras, até então pouco disputadas devido às constantes cheias e a falta de infraestrutura, como também a construção do presídio. Com a crise do sistema carcerário decorrente da superlotação, a implosão do presídio passa a ser disputada por agências imobiliárias e por setores da sociedade na reivindicação do uso do espaço.

Hoje, apesar da vitória dos movimentos sociais na construção do parque – lugar público de uso comum – a cidade ao redor mantém sua posição: reproduzir a urbanização capitalista e as suas violências.

O capitalismo, insuperável na organização do trabalho e do espaço, tenta fazer garantir que a urbanização atenda suas demandas por mais-dinheiro na sociedade. Por esse norte, guia-se a construção do presídio, lugar do que foi a principal política de Estado na resolução dos excedentes de população, expropriados da sociedade moderna: num primeiro momento eram os lavradores que compunham a massa carcerária, já que foram expelidos das relações de trabalho no café e na cidade, e expropriados de suas terras no campo; depois, há a superlotação com a população urbana de marginais à riqueza socialmente produzida, vulnerabilizados pelas condições materiais e históricas postas. Dentro desse prisma, de todos os momentos em que os nacionais empobrecidos ficaram de fora dos processos de acumulação que se constituíam – seja por preferência

do trabalho imigrante “livre” para o trabalho ou para o loteamento –, o de encarceramento não foi um deles.

Guia-se também a construção da cidade como possibilidade de renda da terra. Adequada à reprodução do capital, da terra surgem lotes e com eles a possibilidade de extração de dinheiro da renda da terra, onde será disputada sua reivindicação pelo seu direito de uso e de troca. Vemos nas várzeas do rio e nos campos ociosos da Zona Norte, seja no loteamento do bairro por figuras como Guilherme Praun, ou, mais recentemente no megaprojeto “Cidade Center Norte”, o processo de consolidação e expansão da terra como mercadorias imobiliárias, que, através da titularidade e necessidade na reprodução da vida, garante a possibilidade de extração de renda da força de trabalho que a usufrui.

Porém, tal expansão urbana nunca se daria sem que houvesse a produção de capitais excedentes para nela serem injetados: o Tramway Cantareira, os lotes, o presídio e os megaprojetos imobiliários, todos esses necessitam ter acesso a capitais excedentes, para depois, como segundo setor da economia, investir no setor imobiliário de captação de mais-dinheiro social.

Nesse esforço conjunto do capitalismo em acumular mais-dinheiro, temos a cooperação da indústria urbana e da agricultura rural para produção desses excedentes. Supera-se a dicotomia campo-cidade, aparecendo ambas como formas síncronas da tentativa de produção de mais-valor, se relacionando de forma direta como possibilidades de manter sua competitividade frente ao mercado interno e internacional.

Porém, se de um lado há a superação da dicotomia campo-cidade, do outro há a reprodução da contradição entre centro-periferia. Desta forma, na produção de dinheiro e excedentes financeiros, reitera-se o papel periférico brasileiro na divisão internacional de trabalho. Os produtos como cana, café e soja, matérias-primas no geral, foram e ainda são um dos principais pilares da economia nacional. Porém, tais produtos não são resultados de uma vocação natural brasileira, mas sim da necessidade industrial dos países centrais para a produção de mercadorias complexas, de alta composição orgânica de capitais (ciência, técnicas e máquinas). A economia na periferia, sendo assim, é um momento dentro da economia ocidental, e a partir dela são estimulados o reinvestimento dos capitais nesta especialização produtiva de baixo capital agregado, agravando o

desemprego nas camadas populares – já que os salários são vistos como gasto frente à produtividade das máquinas agrícolas, por exemplo – e a concentração de capitais nesses polos produtivos. Tem-se a retroalimentação desse setor produtivo de commodities ao passo que também é investido no setor imobiliário, como segundo setor. É o círculo vicioso do subdesenvolvimento do qual, no capitalismo, não há solução.

O grupo Baumgart surge como ator privado deste processo, produzindo excedentes agropecuários através da Baumgart Fazendas Reunidas que aplicam seus excedentes na construção da “Cidade Center Norte” com o único propósito de gerar mais dinheiro através do mercado imobiliário, já que o preço do metro quadrado na cidade é cada vez mais infame.

Já a penitenciária Carandiru, mediada pelo Estado e símbolo da modernidade, surge num primeiro momento como aparente lugar da correção ao trabalho, como forma de tentar dar resposta à crise do trabalho. Porém, se um dia existiu esse desejo, com o passar do tempo vimos ser deixado de lado. Cai a máscara; se torna lugar da contenção e do extermínio de uma população que não encontra espaço numa sociedade concorrencial que já não precisa mais dela.

O Carandiru, resultado dos momentos de expansão urbana sob a lógica capitalista sobre terras ociosas com alto potencial especulativo de precificação, aparece como mais um momento do capitalismo tardio brasileiro em sua tentativa de sobreviver à crise. Torna-se palco de conflitos pelas formas que se darão na paisagem do bairro, como o uso social versus empreendimento privado, produzindo conteúdos que são característicos desse momento: a manutenção da desigualdade de acesso às riquezas socialmente produzidas e a violência do trabalho abstrato num sistema que o despreza. É o massacre, a destruição e o “concerto” pelo capital que nega os sujeitos que o compõem, mas que edifica belas paisagens modernas enquanto tenta ocultar sua crise do valor no cárcere e na produção do espaço.

BIBLIOGRAFIA

1. AKAISHI, Ana Gabriela; SILVEIRA, Ana Flávia Lima da. **Função social da propriedade e imóveis ociosos no centro de São Paulo: os estacionamentos rotativos e os proprietários de imóveis**. Anais XVIII Enanpur 2019. São Paulo: Anpur, 2019. Disponível em: <https://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=878>. Acesso em: 16 dez. 2024.

2. ALFREDO, Anselmo. **A geografia do café e o Novo Oeste Paulista**, *Confins* [Online], 65, 2024.

3. ALFREDO, Anselmo. **Crise Imanente, Abstração Espacial. Fetiche do Capital e Sociabilidade Crítica**. São Paulo: Terra Livre, v. 1, n. 34, p. 37-62, 2010.

4. BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mercado de trabalho antes de 1930: emprego e "desemprego" na cidade de São Paulo**. Novos estudos CEBRAP, n. 80, p. 91-106, 2008.

5. Baumgart Fazendas Reunidas. **Linkedin**. Disponível em: <https://www.linkedin.com/company/baumgart-fazendas-reunidas>. Acesso em: 05 de dez. de 2024.

6. BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 4.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2011.

7. BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. **Promulga o Código Penal**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 13 out. 2024.

8. CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole** [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

9. CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o "direito à cidade". **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 349-369, 2020. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/3cBsV3Vx7Yvw9SqvcqyVrbc/abstract/?lang=pt>. Acessado em: 12 dez. 2024.

10. CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

11. Center Norte completa 36 anos: conheça a história do shopping queridinho da Zona Norte. **Diário Zona Norte**. São Paulo, 07 de Abril de 2020. Disponível em: <https://www.diariozonanorte.com.br/center-norte-completa-36-anos-conheca-a-historia-do-shopping-queridinho-da-zona-norte/>. Acesso em: 01 de dez. De 2024.

12. Center Norte terá bairro planejado com arena de shows, restaurantes e hospital. **Valor Econômico**. São Paulo, 24 de Setembro de 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/09/24/baumgart-lanca-bairro-planejado-com-arena-e-hospital.ghtml> . Acesso em: 03 de dez. De 2024.

13. COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE O CARANDIRU. **Relatório Final**. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/relatoriocomis/RELFINRPP06-0009-2001.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.

14. CORREA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. da C., CORRÊA, R. L. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000. p.15-47.

15. DAMIANI, Amélia Luisa. **A propósito do espaço urbano: algumas hipóteses**. São Paulo: Revista Cidades. v. 1, n. 1, 2004, p. 79-95.

16. DAMIANI, Amélia Luisa. **Urbanização crítica e a produção do espaço**. São Paulo: Revista Cidades, v. 6, n. 10, p. 308-339, 2009.

17. FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 13 ed., 1998.

18. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997

19. GAUDEMAR, Jean-Paul de. **A mobilidade do trabalho e a acumulação do capital**. Lisboa; Estampa, 1977.

20. GILMORE, Ruth. **Califórnia Gulag: prisões, crise do capitalismo e abolicionismo penal**. Tradução: Bruno Xavier. São Paulo: Editora Igrá Kniga, 2024.

21. HARVEY, David. **Globalization and the "Spatial Fix"**. Geographische Revue – Zeitschrift für Literatur und Diskussion, ano 3, caderno 2, 2001.

22. KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**. São Paulo, Paz e Terra, 1994

23. KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

24. LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Tradução de Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

25. LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

26. MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

27. MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1** [recurso eletrônico]. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013

28. MARX, Karl. **O Capital: O Processo Global da Produção Capitalista. Livro 3** [recurso eletrônico]. Tradução: Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

29. MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra** [recurso eletrônico]. 9. ed. Publicação: São Paulo : Contexto, 2010.

30. PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

31. PRADO JR., Caio. **A cidade de São Paulo: geografia e história**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

32. PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

33. Qual o valor do metro quadrado dos apartamentos em Santana?. **ZNImóvel**. São Paulo, 15 de Abril de 2024. Mercado Imobiliário. Disponível em: <https://www.znimovel.com.br/blog/qual-o-valor-do-metro-quadrado-dos-apartamentos-em-santana/2792/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

34. SALLA, Fernando Afonso. **As prisões em São Paulo: 1822 – 1940**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2006.

35. SALLA, Fernando Afonso. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. **Revista brasileira de segurança pública**, v. 1, n. 1, p. 72-90, 2007.

36. SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed., 10 reimpr. São Paulo: Edusp, 2020.

37. SÃO PAULO (Estado). Lei nº 1.038, de 19 de dezembro de 1906. **Organização municipal**. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 1906. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1906/lei-1038-19.12.1906.html>. Acesso em: 11 out. 2024

38. SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 9.789, de 1938. **Cria a Casa de Detenção de São Paulo, dando-lhe organização e extinguindo a Cadeia Pública e o Presídio Político da Capital**. Leis Estaduais, São Paulo, 1938. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sp/decreto-n-9789-1938-sao-paulo-cria-a-casa-de-detencao-de-sao-paulo-dando-lhe-organizacao-e-extinguindo-a-cadeia-publica-e-o-presidio-politico-da-capital> Acesso em: 11 out. 2024.

39. SÃO PAULO (Estado). **Assembléia Legislativa de São Paulo - 46ª Sessão Ordinária, em 3 de Setembro**. Diário da Assembleia. n. 122. p. 16. 4 de Setembro de 1935.

40. SÃO PAULO (Estado). Lei nº 8.524, de 29 de dezembro de 1993. **Autoriza o Poder Executivo a alienar área de terras situada no município da Capital e dá providências correlatas**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 1993. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1993/lei-8524-29.12.1993.html> Acesso em: 25 nov. 2024.

41. SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros - valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), São Paulo: FFLCH/USP, 1987.

42. SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Urbanização. Bairro e vida de bairro**. Travessia, v. 13, n. 38, p. 11-17, 2000a.

43. SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Urbanização e Fragmentação: A Natureza Natural Do Mundo**. Geografares, v. 1, n. 1, p. 73-79, Espírito Santo: UFES, 2000b.

44. **SHOPPING CENTER NORTE**. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Wikimedia, 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Shopping_Center_Norte#cite_note-N%C3%A3o_nomeado-yFFH-1-4>. Acesso em: 01 de dez. de 2024

45. SILVA, Benedita da Conceição de Carvalho; AMARAL JUNIOR, José de Almeida. **São Sebastião e a Vila Guilherme: memórias paulistanas da Zona Norte**. São Paulo: Câmara Sócio-Cultural da Zona Norte de São Paulo, 2002.

46. SILVA, Stanley Plácido da Rosa. **O Tramway da Cantareira e sua relação com o desenvolvimento local: infraestrutura urbana e transporte de passageiros (1893-1965)**. Tese (Doutorado em História Econômica): FFLCH/USP, São Paulo, 2018.

47. TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. **História dos bairros de São Paulo - O bairro de Santana**. vol. VI. São Paulo: Prefeitura Municipal - Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1970.